

Notícias do dia 10 de dezembro



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 20

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - POLÍTICA
TCE - GO

TJGO acerta com TCE adesão ao Pacto pela Primeira Infância.....4

JORNAL O HOJE - GO - CIDADES
TCE - GO

Goiás perdeu meio bilhão de reais com a pandemia em 2020.....5

DIÁRIO EM TEMPO REAL - GOIÂNIA - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Caiado e Lincoln Tejota entregam premiação nos rankings do Programa de Compliance Público e Transparência.....6

DIÁRIO DA MANHÃ - ONLINE - GO - ÚLTIMAS
TCE - GO

Compliance: Caiado entrega premiação a órgãos estaduais e servidores.....8

JORNAL O HOJE ON-LINE - GO - CIDADES
TCE - GO

Órgãos estaduais que se destacaram no Programa de Compliance Público recebem prêmios.....10

JORNAL O HOJE ON-LINE - GO - VARIEDADES
TCE - GO

TJGO atinge 88% de transparência e recebe o Selo Prata no Prêmio Goiás Mais Transparente.....12

VERDE VALE FM 103,7 - ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Goiás perdeu meio bilhão de reais com a pandemia, em 2020.....14

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Alego encerra semana com quatro sessões deliberativas. Próxima sessão é extra e acontece na 2ª-feira, às 10 horas.....15

AGÊNCIA CORA CORALINA DE NOTÍCIAS - GOIÂNIA - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Caiado entrega premiação do Programa de Compliance Público e do Goiás Mais Transparente.....18

A REDAÇÃO - GO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
TCE - GO

TCE-GO pede adesão ao Pacto pela Primeira Infância.....20

DIÁRIO DA MANHÃ - ONLINE - GO - ÚLTIMAS
TCE - GO

TJGO acerta com TCE adesão ao Pacto pela Primeira Infância.....21

A REDAÇÃO - GO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
TCE - GO

Caiado entrega premiação a órgãos e servidores no programa de compliance.....22

JORNAL O HOJE ON-LINE - GO - CIDADES
TCE - GO

Goiás perdeu mais de meio bilhão de reais com a pandemia em 2020; mostra relatório do TCE-GO

..... 24

DIÁRIO DE APARECIDA ON-LINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Caiado entrega premiação a órgãos estaduais e servidores mais bem colocados nos rankings do Programa de Compliance Público e do Goiás Mais Transparente

..... 25

EMATER - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Emater recebe cinco premiações no ranking do Programa de Compliance Público..... 28

GAZETA DO ESTADO ONLINE - GO - POLÍTICA
TCE - GO

Alego encerra semana com quatro sessões deliberativas. Próxima sessão é extra e acontece na 2ª-feira, às 10 horas

..... 29

GAZETA PLAY - POLÍTICA
TCE - GO

Alego encerra semana com quatro sessões deliberativas. Próxima sessão é extra e acontece na 2ª-feira, às 10 horas

..... 32

GOIÁS 24 HORAS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Compliance público: Caiado premia órgãos estaduais com melhor desempenho..... 35

PORTAL CALDAS NET - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Caiado entrega premiação a órgãos estaduais e servidores mais bem colocados nos rankings do Programa de Compliance Público e do Goiás Mais Transparente

..... 37

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Seapa é primeiro lugar na Categoria II do prêmio Goiás Mais Transparente do Programa de Compliance Público do Governo de Goiás

..... 40

UGOPOCI - UNIÃO GOIANA DOS POLICIAIS CIVIS - GO - NOTÍCIAS UGOPOCI
TCE - GO

Governo de Goiás premia órgãos estaduais e servidores mais bem colocados nos rankings do Programa de Compliance Público e do Goiás Mais Transparente

..... 42

TJGO acerta com TCE adesão ao Pacto pela Primeira Infância

Halim Girade, Itamar de Lima, Carlos França, **Edson Ferrari** e Teotônio França: parcerias

Os presidentes do Tribunal de Justiça, Carlos Alberto França e do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**, **Edson Ferrari**, acertaram nesta quinta-feira (09) as primeiras tratativas para adesão do **TCE** ao Pacto Nacional pela Primeira Infância.

O tema foi abordado durante visita do dirigente do TJGO ao presidente da Corte de Contas.

O Judiciário goiano é a única entidade no Estado de **Goiás** signatária do Pacto, que foi firmado há dois anos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e conta com mais de 260 instituições dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e da sociedade civil organizada.

"A solicitação do Tribunal de Contas decorre não só de nossa missão institucional, como também e principalmente da responsabilidade social inerente às entidades públicas", assinalou o presidente **Edson Ferrari**.

Por seu turno, o presidente Carlos Alberto França afirmou que recebeu positivamente o pedido de adesão ao Pacto, convicto de que as ações concretas em favor da primeira infância serão ainda mais viáveis e efetivas com a participação de múltiplos atores. Ele destacou que o **TCE**, por seus conhecimentos técnicos, poderá colaborar, por exemplo, de forma a aumentar a eficiência e o alcance do treinamento dado a conselheiros tutelares, que estão na ponta do atendimento às famílias e crianças em situação de risco e de necessidade.

Também participaram do encontro o desembargador Itamar de Lima, que já integrou o quadro técnico do **TCE**, o médico e assessor da Presidência Halim Girade, especialista em políticas de atenção à infância e que atuou por vários anos no Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e, Teotônio França, também assessor da Presidência.

Os dois presidentes já definiram integrantes das suas equipes para as primeiras providências no sentido de viabilizar a adesão do **TCE** ao Pacto pela Infância e de ações conjuntas em favor dessa parcela vulnerável da população.

O primeiro Pacto pela Infância foi celebrado em 1994 e coordenado pelo então Ministro da Saúde, Henrique Santillo, que anos mais tarde seria designado **conselheiro** do **TCE-GO**. Mais recentemente, o Pacto Nacional pela Primeira Infância foi celebrado há dois anos, coordenado pelo CNJ, durante a gestão do ministro Dias Toffoli.

Site: <http://impresso.dm.com.br/edicao/20211210>

Goiás perdeu meio bilhão de reais com a pandemia em 2020

Em comparação com 2019, mesmo com os auxílios federais, **Goiás** teve, em 2020, uma receita menor em R\$ 504 milhões. Os números são extraídos da oitava edição do Boletim Estratégico da Covid-19, a última de 2021, do tribunal de Contas da União de **Goiás** (TCU-GO). O documento analisou o impacto da pandemia nas contas do Estado de que contabilizaram o déficit.

Com relação a variação das receitas em 2020, o relatório apontou que, ao excluir da análise os ingressos atípicos provenientes dos Auxílios Federais para Covid de 2020 e as receitas provenientes de depósitos judiciais em 2019, ainda é possível notar uma redução significativa de receitas no ano de 2020. O que totalizou um montante de R\$504.301.354,71. Houve decréscimo, ano passado, nas receitas classificadas como Receita Patrimonial, Alienações de bens, Impostos, taxas e contribuições de melhoria, totalizando um montante de R\$921.570.103,41.

Em compensação, houve aumento de R\$417.268.748,70 nas receitas classificadas como: Amortização de Empréstimos, Receita de Serviços, Outras Receitas de Capital, Transferências de Capital, Operações de Crédito e Outras Receitas Correntes.

De acordo com os dados apresentados pelo **TCE-GO**, o cenário pandêmico foi, provavelmente, um dos fatores que contribuíram para a redução da receita em 2020 pela amplitude dos reflexos causados, tanto pela pandemia, como pelas ações em seu combate.

Notadamente, os bloqueios realizados durante os períodos mais intensos de disseminação da COVID-19, podem ser conferidos no Observatório do Cidadão, em portal dentro do site do **Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO)**.

Em seu Boletim Estratégico da Covid-19, o **TCE** destaca que é importante considerar duas situações no comparativo entre as receitas no exercício anterior à pandemia: em 2019, e com as receitas de 2020, afetadas pela emergência de saúde. Inicialmente, em setembro de 2019, ocorreu uma situação atípica com o ingresso de R\$ 1.863.103.735,70, ao originar depósitos judiciais conforme a Lei nº 20.557/2019. Neste montante, específico de 2019, não houve a mesma movimentação. O que impactou, assim, a série histórica.

Em um segundo momento, se tem que em 2020 destaca-se o auxílio federal que destinou R\$ 1.834.189.102,87 ao longo do ano para combate à pandemia e aos seus efeitos econômicos.

Além disso, o **TCE-GO** pontua que, por fim, em uma visão mensal da receita total observa-se queda na sua realização com início em abril de 2020. Mês no qual as medidas de combate à pandemia se iniciaram. Verifica-se, também, que os auxílios federais mitigaram o impacto e que em 2021 a receita já apresentou crescimento em todos os meses; se comparado aos exercícios anteriores.

Proposta De iniciativa da Governadoria foi à deliberação da Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás (Alego)**, o Convênio ICMS 178, de 1º de outubro de 2021, que prorroga, até o dia 30 de abril de 2024, as disposições de convênios ICMS que dispõem sobre benefícios fiscais. A proposta decorre da solicitação da Secretaria de Estado da Economia, para a posterior edição de decreto a fim de alterar o Anexo IX do Decreto nº 4.852, de 29 de dezembro de 1997, Regulamento do Código Tributário do Estado de **Goiás** (RCTE).

O Ministério Público de Contas do Estado de **Goiás** (TCM) afirmou que há necessidade de autorização legislativa para validar a concessão, a ampliação ou a prorrogação de incentivo ou benefícios fiscais do ICMS aprovados em convênios celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ). É destacado, ainda, que a renúncia de receita decorrente da prorrogação dos benefícios não afetará as metas de resultados fiscais. A matéria se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ), sob relatoria do deputado Wilde Cambão (PSD).

Relatório aponta que houve decréscimo de receitas patrimoniais, alienação de bens, impostos, taxas e contribuição de melhorias

(Especial para O Hoje)

Site:

<https://ohoje.com/public/imagens/fotos/amp/2021/12/5508.pdf>

Caiado e Lincoln Tejota entregam premiação nos rankings do Programa de Compliance Público e Transparência

Foto: Hegon Guimarães e Lucas Diener

O governador **Ronaldo Caiado** premiou, nesta quinta-feira (09/12), órgãos estaduais que se destacaram nos rankings do Programa de Compliance Público (PCP) e do **Goiás Mais Transparente**. O evento, realizado no auditório do Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás** (TJGO) fez parte do encerramento da **Semana Internacional de Combate à Corrupção 2021**, coordenada pelo **Governo de Goiás**, por meio da Controladoria-Geral do Estado (**CGE**).

"Graças ao Compliance, fizemos com que grande parte dos programas e dos contratos não caminhassem para um lado que desse prejuízo ao povo goiano. Trouxemos benefícios para a população goiana de mais de 1,5 bilhão que não foram desviados e, como tal, bem aplicados para a sociedade", disse Caiado.

Os vencedores da premiação foram divididos por categoria. A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de **Goiás** (**Fapeg**), venceu no Grupo I, que reuniu órgãos de até 200 servidores. Na entrega do prêmio, o presidente Vanderlei Cassiano foi representado por Robson Domingos. A **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes** (Goinfra), sob a gestão de Pedro Sales, venceu na categoria Grupo II (órgãos de 201 até 1.000 servidores); a **Agência Goiana de Defesa Agropecuária** (**Agrodefesa**), comandada por José Essado, venceu no Grupo III (órgãos acima de 1.000 servidores). O órgão de destaque em gestão de riscos foi a Saneamento **Goiás** (Saneago), que tem Ricardo Soavinski como presidente.

No prêmio **Goiás Mais Transparente**, o Ministério Público do Estado venceu a Categoria I - Poderes Autônomos; a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa), sob a gestão de Tiago Mendonça, venceu a Categoria II - Órgãos da administração direta, autarquias e fundações públicas. A Agência Goiana de Gás Canalizado (Goiásgás), sob a presidência de Marcelo Alves de Sousa, venceu a Categoria III - Empresas públicas e sociedades de **economia** mista.

O Prêmio Inovação em Transparência Pública foi para a Secretaria de Indústria e Comércio (SIC), sob a gestão de Joel de Sant'anna. Na categoria Servidores Destaque em Gestão de Riscos, o prêmio foi para Leidina Rosa dos Santos, da Secretaria de Comunicação (Secom).

O PCP desenvolve ações com base em quatro eixos: ética, transparência, responsabilização e gestão de riscos. O intuito é melhorar a governança e prestação dos serviços públicos nos órgãos estaduais, com melhores entregas à sociedade, além de implementar uma cultura de gerenciamento de riscos. Instituída em todos os órgãos estaduais, a iniciativa tornou o governo goiano referência nacional no tema, além de melhorar a gestão estadual e promover a **economia** de mais de R\$ 1,5 bilhão em dois anos.

A evolução da implementação do PCP no Estado de **Goiás** é garantida por meio do ranking anual realizado pela **CGE**, que avalia o desempenho de todos os órgãos na implantação e desenvolvimento do programa. Controlador-geral do Estado, Henrique Ziller fez um balanço dos resultados do Programa de Compliance Público, implantado pelo governador **Ronaldo Caiado** em 2019, logo no início de sua administração.

"Temos resultados impressionantes, o programa está implementado em todos os órgãos do Estado. Esse resultado é único e exclusivo do Estado de **Goiás**", disse Ziller. Ele conta que muitos perguntam se o governador apoia o programa de compliance, e explicou: "não só apoia, mas, sim, dirige. Ele está a frente e implementou esse programa. O sucesso do compliance está diretamente relacionado a ele ser o grande mentor".

O vice-governador Lincoln Tejota destacou o esforço dos servidores na execução do programa que está deixando marcas profundas e vai se transformar em **política** de Estado. "Parabenizo cada um dos servidores, cada um daqueles que estão se doando, se entregando, na certeza de que estamos combatendo um bom combate", disse Tejota.

O evento contou ainda com a participação do

corregedor-geral do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**, **Sebastião Tejota** e dos secretários de Segurança Pública, Rodney Miranda e de Administração, Bruno D'Abadia.

"Conseguimos mais de R\$ 700 milhões em processo de recuperação e temos uma previsão de, até o final do governo, retornar aos cofres públicos mais de 2 bilhões de reais com as operações de combate à corrupção", disse Rodney Miranda. Para o secretário, "a corrupção é tão grave quanto os crimes violentos e nós temos que ter a mesma repugnância a esse tipo de crime, que temos em relação aos outros".

Em 2021, só a Delegacia Estadual de Combate à Corrupção (Deccor) deflagrou 10 operações com 62 mandados de busca e apreensão cumpridos, 365 pessoas indiciadas, aproximadamente R\$ 190 milhões apreendidos e 10 servidores públicos afastados. Estes resultados foram apresentados pelo delegado titular da unidade, Rodrigo Mendes. "Muito obrigado pela autonomia que tem dado para os organismos policiais e para a Superintendência de Segurança", agradeceu Mendes ao governador **Ronaldo Caiado**.

Reconhecimento a servidores

Além dos troféus aos órgãos da administração direta e indireta que se destacaram, foram entregues ainda, as premiações dos servidores que tiveram um desempenho acima da média na execução da gestão de riscos e distribuídas as certificações de capacitação em compliance público.

"Esse prêmio é o resultado do esforço, comprometimento e engajamento de todos da Secom. Eu estou apenas como representante, pois o prêmio é de todos que me ajudaram e é de toda a Secom", disse a servidora Leidina Rosa dos Santos, uma das coordenadoras do Escritório de Compliance da Secretaria de Comunicação (Secom).

Para o **conselheiro Sebastião Tejota**, que representou o **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, o compliance tem diminuído a corrupção no Estado de **Goiás** e facilitado o controle externo, auxiliando o trabalho do órgão. "Vamos seguir na busca pela máxima transparência", disse Tejota. Vice-presidente do Tribunal de Justiça de **Goiás** (TJGO), Zacarias Neves apontou o avanço no combate à corrupção: "a gente sente no dia a dia que o nosso Estado está cada vez melhor na área do combate à corrupção, isso é visível".

A subprocuradora-geral de Justiça, Laura Ferreira Bueno falou das consequências das ações desonestas. "Sabemos que a corrupção tira o futuro de uma criança, impede que o idoso consiga uma vaga

de UTI, cenário que o governador vem tentando reverter e conta com a parceria de todos os poderes. Estamos ombreados nessa luta"

Compliance nos municípios

Nesta semana, Caiado também anunciou o Programa de Compliance Público Municipal (PCM). Por meio da **CGE**, o **Governo de Goiás** selecionará 40 cidades goianas para auxiliar na implementação e execução do PCM.

O objetivo do programa é ajudar as prefeituras a estabelecerem um conjunto de procedimentos e estruturas que assegurem a conformidade dos atos de gestão com padrões morais e legais, bem como garantir o alcance dos resultados das políticas públicas, fomentando a ética, a transparência e a gestão de riscos nas administrações.

O PCM será realizado em parceria com o **Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM-GO)**, com a Agência Estadual de Fomento de **Goiás** (GoiásFomento) e a Federação Goiana de Municípios (FGM). A ideia é que as prefeituras goianas possam contar, em sua estrutura organizacional, com um programa de integridade nos mesmos moldes do Programa de Compliance Público de **Goiás**.

Participaram do evento os secretários Cristiane Schmidt (**Economia**); Adriano da Rocha Lima (Governadoria); Joel Sant'Anna Braga (Indústria, Comércio e Serviços); Andréa Vulcanis (Meio Ambiente); Tiago Mendonça (Agricultura, Pecuária e Abastecimento); Bruno D'Abadia (Administração); Tony Carlo (Comunicação); Ismael Alexandrino (Saúde); Henderson Rodrigues (Esporte e Lazer); Márcio César (Desenvolvimento e Inovação); Wellington Matos (Desenvolvimento Social) e o Coronel Luiz Carlos de Alencar (Casa Militar).

Ainda prestigiaram a premiação os presidentes Pedros Sales (Goinfra); Ricardo Soavinski (Saneago); Euclides Barbo (Juceg); Gilvan Cândido (**Goiás** Previdência); Leonardo Lobo (Ipasgo); Marcelo Nunes (AGR); José Essado (**Agrodefesa**); Marcos Roberto (Detran); Fabricio Amaral (**Goiás** Turismo); Marcelo Alves de Sousa (GoiásGás); Rivaél Aguiar (**Goiás** Fomento); Hipólito Prado dos Santos (**Goiás** Telecom); Lineu Olímpio (**Ceasa**) e o comandante do Corpo de Bombeiros, Coronel Esmeraldino Lemos.

Site: <https://diariotemporeal.com/93877-caiado-e-lincoln-tejota-entregam-premiacao-nos-rankings-do-programa-de-compliance-publico-e-transparencia/>

Compliance: Caiado entrega premiação a órgãos estaduais e servidores

O governador **Ronaldo Caiado** premiou, nesta quinta-feira (09/12), órgãos estaduais que se destacaram nos rankings do Programa de Compliance Público (PCP) e do **Goiás Mais Transparente**. O evento, realizado no auditório do Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás** (TJGO) fez parte do encerramento da **Semana Internacional de Combate à Corrupção 2021**, coordenada pelo **Governo de Goiás**, por meio da Controladoria-Geral do Estado (**CGE**).

"Graças ao Compliance, fizemos com que grande parte dos programas e dos contratos não caminhassem para um lado que desse prejuízo ao povo goiano. Trouxemos benefícios para a população goiana de mais de 1,5 bilhão que não foram desviados e, como tal, bem aplicados para a sociedade", disse Caiado.

Os vencedores da premiação foram divididos por categoria. A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de **Goiás (Fapeg)**, venceu no Grupo I, que reuniu órgãos de até 200 servidores. Na entrega do prêmio, o presidente Vanderlei Cassiano foi representado por Robson Domingos. A **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra)**, sob a gestão de Pedro Sales, venceu na categoria Grupo II (órgãos de 201 até 1.000 servidores); a **Agência Goiana de Defesa Agropecuária (Agrodefesa)**, comandada por José Essado, venceu no Grupo III (órgãos acima de 1.000 servidores). O órgão de destaque em gestão de riscos foi a Saneamento **Goiás (Saneago)**, que tem Ricardo Soavinski como presidente.

No prêmio **Goiás Mais Transparente**, o Ministério Público do Estado venceu a Categoria I - Poderes Autônomos; a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa), sob a gestão de Tiago Mendonça, venceu a Categoria II - Órgãos da administração direta, autarquias e fundações públicas. A Agência Goiana de Gás Canalizado (Goiásgás), sob a presidência de Marcelo Alves de Sousa, venceu a Categoria III - Empresas públicas e sociedades de **economia** mista.

O Prêmio Inovação em Transparência Pública foi para a Secretaria de Indústria e Comércio (SIC), sob a gestão de Joel de Sant'anna. Na categoria Servidores Destaque em Gestão de Riscos, o prêmio foi para Leidina Rosa dos Santos, da Secretaria de

Comunicação (Secom).

O PCP desenvolve ações com base em quatro eixos: ética, transparência, responsabilização e gestão de riscos. O intuito é melhorar a governança e prestação dos serviços públicos nos órgãos estaduais, com melhores entregas à sociedade, além de implementar uma cultura de gerenciamento de riscos. Instituída em todos os órgãos estaduais, a iniciativa tornou o governo goiano referência nacional no tema, além de melhorar a gestão estadual e promover a **economia** de mais de R\$ 1,5 bilhão em dois anos.

A evolução da implementação do PCP no Estado de **Goiás** é garantida por meio do ranking anual realizado pela **CGE**, que avalia o desempenho de todos os órgãos na implantação e desenvolvimento do programa. Controlador-geral do Estado, Henrique Ziller fez um balanço dos resultados do Programa de Compliance Público, implantado pelo governador **Ronaldo Caiado** em 2019, logo no início de sua administração.

"Temos resultados impressionantes, o programa está implementado em todos os órgãos do Estado. Esse resultado é único e exclusivo do Estado de **Goiás**", disse Ziller. Ele conta que muitos perguntam se o governador apoia o programa de compliance, e explicou: "não só apoia, mas, sim, dirige. Ele está a frente e implementou esse programa. O sucesso do compliance está diretamente relacionado a ele ser o grande mentor".

O vice-governador Lincoln Tejota destacou o esforço dos servidores na execução do programa que está deixando marcas profundas e vai se transformar em **política** de Estado. "Parabenizo cada um dos servidores, cada um daqueles que estão se doando, se entregando, na certeza de que estamos combatendo um bom combate", disse Tejota.

O evento contou ainda com a participação do corregedor-geral do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**, **Sebastião Tejota** e dos secretários de Segurança Pública, Rodney Miranda e de Administração, Bruno D'Abadia.

"Conseguimos mais de R\$ 700 milhões em processo de recuperação e temos uma previsão de, até o final do governo, retornar aos cofres públicos mais de 2

bilhões de reais com as operações de combate à corrupção", disse Rodney Miranda. Para o secretário, "a corrupção é tão grave quanto os crimes violentos e nós temos que ter a mesma repugnância a esse tipo de crime, que temos em relação aos outros".

Em 2021, só a Delegacia Estadual de Combate à Corrupção (Deccor) deflagrou 10 operações com 62 mandados de busca e apreensão cumpridos, 365 pessoas indiciadas, aproximadamente R\$ 190 milhões apreendidos e 10 servidores públicos afastados. Estes resultados foram apresentados pelo delegado titular da unidade, Rodrigo Mendes. "Muito obrigado pela autonomia que tem dado para os organismos policiais e para a Superintendência de Segurança", agradeceu Mendes ao governador **Ronaldo Caiado**.

Reconhecimento a servidores

Além dos troféus aos órgãos da administração direta e indireta que se destacaram, foram entregues ainda, as premiações dos servidores que tiveram um desempenho acima da média na execução da gestão de riscos e distribuídas as certificações de capacitação em compliance público.

"Esse prêmio é o resultado do esforço, comprometimento e engajamento de todos da Secom. Eu estou apenas como representante, pois o prêmio é de todos que me ajudaram e é de toda a Secom", disse a servidora Leidina Rosa dos Santos, uma das coordenadoras do Escritório de Compliance da Secretaria de Comunicação (Secom).

Para o **conselheiro Sebastião Tejota**, que representou o **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, o compliance tem diminuído a corrupção no Estado de **Goiás** e facilitado o controle externo, auxiliando o trabalho do órgão. "Vamos seguir na busca pela máxima transparência", disse Tejota. Vice-presidente do Tribunal de Justiça de **Goiás** (TJGO), Zacarias Neves apontou o avanço no combate à corrupção: "a gente sente no dia a dia que o nosso Estado está cada vez melhor na área do combate à corrupção, isso é visível".

A subprocuradora-geral de Justiça, Laura Ferreira Bueno falou das consequências das ações desonestas. "Sabemos que a corrupção tira o futuro de uma criança, impede que o idoso consiga uma vaga de UTI, cenário que o governador vem tentando reverter e conta com a parceria de todos os poderes. Estamos ombreados nessa luta"

Compliance nos municípios

Nesta semana, Caiado também anunciou o Programa de Compliance Público Municipal (PCM).

CGE, o Governo de Goiás selecionará 40 cidades goianas para auxiliar na implementação e execução do PCM.

O objetivo do programa é ajudar as prefeituras a estabelecerem um conjunto de procedimentos e estruturas que assegurem a conformidade dos atos de gestão com padrões morais e legais, bem como garantir o alcance dos resultados das políticas públicas, fomentando a ética, a transparência e a gestão de riscos nas administrações.

O PCM será realizado em parceria com o **Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás** (TCM-GO), com a Agência Estadual de Fomento de **Goiás** (GoiásFomento) e a Federação Goiana de Municípios (FGM). A ideia é que as prefeituras goianas possam contar, em sua estrutura organizacional, com um programa de integridade nos mesmos moldes do Programa de Compliance Público de **Goiás**.

Participaram do evento os secretários Cristiane Schmidt (**Economia**); Adriano da Rocha Lima (Governadoria); Joel Sant'Anna Braga (Indústria, Comércio e Serviços); Andréa Vulcanis (Meio Ambiente); Tiago Mendonça (Agricultura, Pecuária e Abastecimento); Bruno D'Abadia (Administração); Tony Carlo (Comunicação); Ismael Alexandrino (Saúde); Henderson Rodrigues (Esporte e Lazer); Márcio César (Desenvolvimento e Inovação); Wellington Matos (Desenvolvimento Social) e o Coronel Luiz Carlos de Alencar (Casa Militar).

Ainda prestigiaram a premiação os presidentes Pedros Sales (Goinfra); Ricardo Soavinski (Saneago); Euclides Barbo (Juceg); Gilvan Cândido (**Goiás** Previdência); Leonardo Lobo (Ipasgo); Marcelo Nunes (AGR); José Essado (**Agrodefesa**); Marcos Roberto (Detran); Fabricio Amaral (**Goiás** Turismo); Marcelo Alves de Sousa (GoiásGás); Rivaél Aguiar (**Goiás** Fomento); Hipólito Prado dos Santos (**Goiás** Telecom); Lineu Olímpio (**Ceasa**) e o comandante do Corpo de Bombeiros, Coronel Esmeraldino Lemos.

Site:

<https://www.dm.com.br/politica/2021/12/compliance-caiado-entrega-premiacao-a-orgaos-estaduais-e-servidores/>

Órgãos estaduais que se destacaram no Programa de Compliance Público recebem prêmios

O **Governo de Goiás** premiou, nesta quinta-feira (09/12), os órgãos estaduais que se destacaram nos rankings do Programa de Compliance Público (PCP) e do **Goiás Mais Transparente**. O evento, realizado no auditório do Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás** (TJGO), encerrou a Semana Internacional de Combate à Corrupção 2021, coordenada pela Controladoria-Geral do Estado (**CGE**).

"Graças ao Compliance, fizemos com que grande parte dos programas e dos contratos não caminhassem para um lado que desse prejuízo ao povo goiano. Trouxemos benefícios para a população goiana de mais de 1,5 bilhão que não foram desviados e, como tal, bem aplicados para a sociedade", disse o governador **Ronaldo Caiado**.

Os vencedores da premiação foram divididos por categoria. A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de **Goiás (Fapeg)** venceu no Grupo I, que reuniu órgãos de até 200 servidores. A **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra)** venceu na categoria Grupo II (órgãos de 201 até 1.000 servidores); no Grupo III (órgãos acima de 1.000 servidores), o prêmio foi para a **Agência Goiana de Defesa Agropecuária (Agrodefesa)**. Já o órgão de destaque em gestão de riscos foi a Saneamento **Goiás** (Saneago).

No prêmio **Goiás Mais Transparente**, o Ministério Público do Estado venceu a Categoria I - Poderes Autônomos; a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa) venceu a Categoria II - Órgãos da administração direta, autarquias e fundações públicas. A Agência Goiana de Gás Canalizado (Goiásgás) venceu a Categoria III - Empresas públicas e sociedades de **economia** mista.

O Prêmio Inovação em Transparência Pública foi para a Secretaria de Indústria e Comércio (SIC). Na categoria Servidores Destaque em Gestão de Riscos, o prêmio foi para a Secretaria de Comunicação (Secom).

O PCP desenvolve ações com base em quatro eixos: ética, transparência, responsabilização e gestão de riscos. O intuito é melhorar a governança e prestação

dos serviços públicos nos órgãos estaduais, com melhores entregas à sociedade, além de implementar uma cultura de gerenciamento de riscos. A evolução da implementação do PCP no Estado de **Goiás** é garantida por meio do ranking anual realizado pela **CGE**, que avalia o desempenho de todos os órgãos na implantação e desenvolvimento do programa.

Reconhecimento a servidores

Além dos troféus aos órgãos da administração direta e indireta que se destacaram, foram entregues também as premiações dos servidores que tiveram um desempenho acima da média na execução da gestão de riscos e distribuídas as certificações de capacitação em compliance público.

"Esse prêmio é o resultado do esforço, comprometimento e engajamento de todos da Secom. Eu estou apenas como representante, pois o prêmio é de todos que me ajudaram e é de toda a Secom", disse a servidora Leidina Rosa dos Santos, uma das coordenadoras do Escritório de Compliance da Secretaria de Comunicação (Secom).

Para o **conselheiro Sebastião Tejota**, que representou o **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, o compliance tem diminuído a corrupção no Estado de **Goiás** e facilitado o controle externo, auxiliando o trabalho do órgão. "Vamos seguir na busca pela máxima transparência", disse Tejota. O vice-presidente do Tribunal de Justiça de **Goiás** (TJGO), Zacarias Neves apontou o avanço no combate à corrupção: "a gente sente no dia a dia que o nosso Estado está cada vez melhor na área do combate à corrupção, isso é visível".

Compliance nos municípios

Nesta semana, Caiado também anunciou o Programa de Compliance Público Municipal (PCM). Por meio da **CGE**, o **Governo de Goiás** selecionará 40 cidades goianas para auxiliar na implementação e execução do PCM.

O objetivo do programa é ajudar as prefeituras a estabelecerem um conjunto de procedimentos e

estruturas que assegurem a conformidade dos atos de gestão com padrões morais e legais, bem como garantir o alcance dos resultados das políticas públicas, fomentando a ética, a transparência e a gestão de riscos nas administrações.

O PCM será realizado em parceria com o **Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás** (TCM-GO), com a Agência Estadual de Fomento de **Goiás** (GoiásFomento) e a Federação Goiana de Municípios (FGM). A ideia é que as prefeituras goianas possam contar, em sua estrutura organizacional, com um programa de integridade nos mesmos moldes do Programa de Compliance Público de **Goiás**.

Site:

<https://ohoje.com/noticia/cidades/n/1363075/t/orgaos-estaduais-que-se-destacaram-no-programa-de-compliance-publico-e-no-goias-mais-transparente-recebem-premios/>

TJGO atinge 88% de transparência e recebe o Selo Prata no Prêmio Goiás Mais Transparente

O Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás** (TJGO) foi contemplado com o Selo Prata no Prêmio **Goiás** Mais Transparente - Ranking do Compliance, na categoria Demais Poderes e Órgãos Constitucionais Autônomos do Estado de **Goiás**, pelo segundo ano consecutivo. Nessa edição, o TJGO alcançou o índice de transparência de 88,88%.

O prêmio, que visa reconhecer os órgãos públicos estaduais que tenham se destacado no Programa Compliance Público, é uma iniciativa conjunta do **Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO)** e da **Controladoria Geral do Estado (CGE)**. O objetivo é estimular o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da transparência das páginas de acesso à informação no âmbito do poder público estadual.

A cerimônia de premiação, realizada nesta quinta-feira (09/12), fechou a Semana Internacional de Combate à Corrupção. O vice-presidente do TJGO, desembargador Zacarias Neves Coelho, representou o presidente do Tribunal, desembargador Carlos França, na solenidade de premiação que aconteceu no Auditório Desembargador José Lenar de Melo Bandeira, na sede do TJGO.

O desembargador Zacarias Neves Coelho agradeceu a homenagem prestada ao Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás** e disse que o prêmio é resultado do aperfeiçoamento diário, "como também da utilização de ferramentas que facilitam o acesso da população às informações que o Tribunal de Justiça vem dando publicidade". Ele também ressaltou a pontuação dada ao TJGO e informou que o Judiciário goiano irá melhorar cada vez mais em relação à transparência.

A solenidade contou também com as presenças do governador do Estado, Ronaldo Caiado; do vice-governador do Estado, Lincoln Tejada; do secretário da Controladoria-Geral do Estado, Henrique Moraes Ziller; secretário de Segurança Pública, Rodney Miranda; do superintendente de Combate à Corrupção e ao Crime Organizado da Secretaria de Segurança Pública, delegado Rodrigo Mendes, do presidente do **Tribunal de Contas do Estado, Conselheiro Edson Ferrari**; e da subprocuradora Geral de Justiça, Laura Ferreira Bueno.

Site:

<https://ohoje.com/noticia/variedades/n/1363050/t/tjgo-atinge-88-de-transparencia-e-recebe-o-selo-prata-no-premio-goias-mais-transparente/>

Goiás perdeu meio bilhão de reais com a pandemia, em 2020

Em comparação com o ano anterior, mesmo com os auxílios federais, **Goiás** teve, em 2020, uma receita a menor de aproximadamente R\$ 504 milhões. Os números são extraídos da oitava edição do Boletim Estratégico da Covid-19, a última de 2021.

O documento faz uma análise do impacto da pandemia nas receitas do Estado de **Goiás** e os detalhes podem ser conferidos no Observatório do Cidadão, portal dentro do site do **Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO)**.

O Boletim é produzido pelo Serviço de Informações Estratégicas do **TCE-GO** e, além de subsidiar o permanente acompanhamento que o Tribunal faz da aplicação dessa verba específica, possibilita a qualquer entidade ou cidadão o acesso simplificado ao desenrolar da execução orçamentária e financeira do plano estadual de combate à pandemia.

Os dados estão consolidados em tabelas, planilhas e gráficos que informam a origem das verbas, para quais fundos ou órgãos públicos foram transferidas, as compras realizadas mediante licitações e aquelas em que não foi possível fazer concorrência. Clique **AQUI** e acompanhe os gastos do Estado de **Goiás** com a Covid-19.

Site: <http://verdevale103.com.br/noticia-1528110602-goias-perdeu-meio-bilhao-de-reais-com-a-pandemia-em-2020>

Alego encerra semana com quatro sessões deliberativas. Próxima sessão é extra e acontece na 2ª-feira, às 10 horas

O Legislativo goiano encerrou a semana de votações com três sessões ordinárias e uma sessão extraordinária realizadas. Nos quatro encontros, os parlamentares proporcionaram quórum qualificado para votações e 12 deliberações foram feitas. As apreciações recaíram sobre proposições assinadas por deputados, pelo Executivo e pelo **Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás** (TCM-GO). As sessões aconteceram por meio do sistema híbrido implementado durante a pandemia de covid-19 pelo Parlamento estadual.

Entre as matérias apreciadas, seis foram votadas em fase definitiva, sendo quatro oriundas do Poder Executivo, uma assinada por parlamentar e uma oriunda do TCM-GO. Três dessas proposições foram apreciadas em votação única. A primeira delas é referente ao processo legislativo nº 8996/21. De iniciativa da Governadoria, seu texto trata do Convênio ICMS 178, de 1º de outubro de 2021, que prorroga, até o dia 30 de abril de 2024, as disposições de convênios ICMS que versam sobre benefícios fiscais.

Também em apreciação única, o Plenário apreciou os processos nº 7579/21 e o de nº 6779/19. O primeiro é referente à indicação do nome de Carolina Tavares Araújo para compor o Conselho Estadual de Educação (CEE). Já o segundo trata de um veto integral do Poder Executivo a projeto de lei aprovado anteriormente pela Casa.

O autógrafo de lei vetado é de iniciativa do deputado Coronel Adailton (Progressistas) e visa a alteração das Leis nº 8.033, de 02 de dezembro de 1975, que versa sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado de **Goiás**; e nº 11.416, de 05 de fevereiro de 1991, que baixa o Estatuto dos Bombeiros Militares do Estado. Ao apreciarem o veto, os parlamentares, com anuência da base do Governo, decidiram pela derrubada do mesmo. Desta forma fica o Executivo obrigado a sancionar as modificações listadas.

Durante a discussão da matéria, Coronel Adailton explicou que as alterações versam sobre a substituição do título de inativo dados aos militares da reserva, que passarão a ser chamados de veteranos, a partir das atualizações a serem, em breve,

promulgadas. Na sequência, o próprio líder do governo, deputado Bruno Peixoto (MDB), orientou os parlamentares da base a votarem pela derrubada do veto, em razão de acordo de reconhecimento feito com o governador Ronaldo Caiado.

Processos aprovados em segunda e definitiva votação

Além das matérias deliberadas em votação única, os deputados também deram aval a outros três processos legislativos. Dois projetos de lei receberam o aval do Plenário em segunda fase e uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) foi aprovada em segundo turno de votação.

A PEC, que tramitou na Casa por meio do processo legislativo nº 8170/21, ficou conhecida popularmente como PEC do ICMS e já está apta ser promulgada pela Mesa Diretora da **Alego**. Essa Proposta de Emenda à Constituição (PEC) visa, unicamente, redistribuir o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) aos municípios goianos.

O texto da PEC altera o parágrafo 1º, do artigo 107 da Constituição do Estado de **Goiás**, de forma a adequá-lo à nova regra de repartição determinada pela Emenda Constitucional Federal nº 108/2020 (Lei do Fundeb). A matéria abre espaço para a adoção de novos critérios que tornem a distribuição de recursos entre os municípios goianos menos desigual, favorecendo aqueles menos desenvolvidos.

Outra propositura apreciada pelo Plenário, em segunda votação, foi a de nº 9001/21. De autoria do TCM-GO, o texto visa promover alterações na Lei Orgânica do órgão (Lei nº 15.958, de 18 de janeiro de 2007). A modificação trata especificamente do artigo 36 da lei, que versa sobre a citação da intimação e da notificação de jurisdicionados.

A principal alteração é dada pela inclusão de dispositivo que possibilita que as citações sejam feitas pessoalmente, por servidor designado pelo Tribunal, a ser regulamentado por ato próprio. Há também um acréscimo ao artigo 56-0, que disciplina a suspensão

da prescrição punitiva no âmbito do TCM-GO.

O órgão esclarece que as alterações não acarretam qualquer aumento de despesa com pessoal ou impacto orçamentário e financeiro. Em justificativa, o TCM-GO enfatiza que a proposta encaminhada à apreciação da **Alego** visa apenas promover ajustes pontuais e necessários ao melhor desenvolvimento das atividades finalísticas da instituição. Com isso, informa que a entidade tenta dar maior celeridade às comunicações e trazer maior segurança jurídica, transparência e eficiência na prestação do serviço público de controle a ela constitucionalmente conferido.

Por fim, o Plenário também deu aval definitivo ao projeto de lei nº 5568/20. De autoria do deputado Julio Pina (PRTB), o texto declara de utilidade pública o Círculo de Apoio à Aprendizagem Profissional de **Goiânia** (Camp), com sede em **Goiânia**.

Novos processos legislativos

Ao longo da semana, foram protocoladas na Assembleia Legislativa novas matérias. Dessas, 19 são referentes a projetos de lei ordinária, sendo que 17 são de iniciativa parlamentar e duas são assinadas pelo Poder Executivo. Essas proposições foram encaminhadas para apreciação das comissões técnicas e podem constar, em breve, na pauta de votações do Plenário.

Além desses, a Casa recebeu 16 relatórios da Secretaria de Estado da Saúde (SES), três vetos do governador Ronaldo Caiado (DEM) a projetos de lei aprovados anteriormente pelo Plenário e um comunicado-geral da Secretaria de Estado da Casa Civil, totalizando 39 novos processos legislativos em tramitação na **Alego**.

Pauta para a próxima semana

Os deputados realizarão a primeira sessão deliberativa da próxima semana, extraordinariamente na segunda-feira, 13, a partir das 10 horas. Na Ordem do Dia, constam 94 matérias que contemplam iniciativas parlamentares, do Poder Executivo e do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**. A sessão será realizada pelo sistema híbrido.

A pauta traz 19 projetos de lei de iniciativa parlamentar para votação definitiva, 61 em fase de primeira apreciação e 10 pareceres favoráveis aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ). Também poderão ser analisados três projetos de lei da Governadoria do Estado em votação definitiva e, em apreciação única, um parecer prévio, oriundo do **TCE-GO**, referente às contas anuais do Executivo no

exercício de 2020.

Dentre os processos que serão submetidos à votação definitiva, destacam-se as propostas da Governadoria de nº 8995/21, nº 8735/21 e nº 9102/21. O primeiro altera a Lei nº 11.651, de 26 de dezembro de 1991, a qual institui o Código Tributário do Estado de **Goiás** (CTE).

Segundo justificativa do governador Ronaldo Caiado, "um dos objetivos é alterar o art. 71-A, que disciplina a penalidade específica decorrente de obrigações acessórias correspondentes à Escrituração Fiscal Digital (EFD)". O texto pretende que o contribuinte beneficiário do programa ProGoiás que incorrer em irregularidades seja penalizado no mesmo patamar aplicado aos contribuintes dos programas Fomentar, do Produzir e de seus subprogramas.

Ainda conforme a proposta, a Secretaria da Economia destaca a finalidade de adequar dispositivos que tratam do Cadastro de Contribuintes do Estado de **Goiás** (CCE). "Ajusta-se o texto legal às situações práticas relativas aos eventos cadastrais que passarão a ser realizados, de forma automática, pela Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (RedeSim)".

Já o segundo projeto promove adequação na Lei nº 20.918, de 21 de dezembro de 2020, que versa sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público. "O que se propõe é assegurar que os editais de processo seletivo simplificado de contratação por tempo determinado reservem parte das vagas de formação superior aos profissionais com até três anos de conclusão da graduação, consoante critérios objetivos definidos pelo órgão central de gestão de pessoal", frisa o Governo.

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e publicados em 27 de maio de 2021, a taxa de desocupação no primeiro trimestre de 2021 foi superior a 14% no país. Também se constatou que a taxa de desempregados entre 18 e 24 anos ficou acima da média geral, pois alcançou 31% no referido período.

Por fim, também poderá ser deliberado em votação definitiva a proposta da Governadoria que altera a Lei nº 11.651, de 26 de dezembro de 1991, a qual institui o Código Tributário do Estado de **Goiás** (CTE). Nesse caso, o projeto busca promover alterações nas formas de cálculo do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD) no estado.

"Propõe-se o ajuste da base de cálculo do tributo, a forma de avaliação dos bens e dos direitos indicados, a possibilidade de parcelamento do imposto em até 48 vezes, a instituição de mecanismos de maior celeridade para o processamento da declaração do ITCD e a adequação das penalidades aplicáveis às infrações praticadas, entre outras modificações", diz o texto da matéria encaminhada para apreciação da Assembleia Legislativa.

Todas essas proposições, se forem aprovadas, seguirão para a sanção do governador Ronaldo Caiado.

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas na sessão extraordinária da próxima segunda-feira, 13, consulte a pauta prévia .

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

Site: <https://portal.al.go.leg.br/noticias/122299/alego-encerra-semana-com-quatro-sessoes-deliberativas-proxima-sessao-e-extra-e-acontece-na-2-feira-as-10-horas>

Caiado entrega premiação do Programa de Compliance Público e do Goiás Mais Transparente

Márcia Fabiana

O governador **Ronaldo Caiado** premiou, nesta quinta-feira (9/12), órgãos estaduais que se destacaram nos rankings do Programa de Compliance Público (PCP) e do **Goiás Mais Transparente**. O evento, realizado no auditório do Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás** (TJGO) fez parte do encerramento da Semana Internacional de Combate à Corrupção 2021, coordenada pelo **Governo de Goiás**, por meio da Controladoria-Geral do Estado (**CGE**).

"Graças ao Compliance, fizemos com que grande parte dos programas e dos contratos não caminhassem para um lado que desse prejuízo ao povo goiano. Trouxemos benefícios para a população goiana de mais de 1,5 bilhão que não foram desviados e, como tal, bem aplicados para a sociedade", disse Caiado.

Os vencedores da premiação foram divididos por categoria. A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de **Goiás** (**Fapeg**), venceu no Grupo I, que reuniu órgãos de até 200 servidores. Na entrega do prêmio, o presidente da **Fapeg**, Robson Vieira, foi representado pelo diretor de Programas e Monitoramento, Vanderlei Cassiano. A **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes** (**Goinfra**), sob a gestão de Pedro Sales, venceu na categoria Grupo II (órgãos de 201 até 1.000 servidores); a **Agência Goiana de Defesa Agropecuária** (**Agrodefesa**), comandada por José Essado, venceu no Grupo III (órgãos acima de 1.000 servidores). O órgão de destaque em gestão de riscos foi a Saneamento **Goiás** (**Saneago**), que tem Ricardo Soavinski como presidente.

No prêmio **Goiás Mais Transparente**, o Ministério Público do Estado venceu a Categoria I - Poderes Autônomos; a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (**Seapa**), sob a gestão de Tiago Mendonça, venceu a Categoria II - Órgãos da administração direta, autarquias e fundações públicas. A Agência Goiana de Gás Canalizado (**Goiásgás**), sob a presidência de Marcelo Alves de Sousa, venceu a Categoria III - Empresas públicas e sociedades de **economia** mista.

O Prêmio Inovação em Transparência Pública foi para a Secretaria de Indústria e Comércio (**SIC**), sob a gestão de Joel de Sant'anna. Na categoria Servidores Destaque em Gestão de Riscos, o prêmio foi para Leidina Rosa dos Santos, da Secretaria de Comunicação (**Secom**).

O PCP desenvolve ações com base em quatro eixos: ética, transparência, responsabilização e gestão de riscos. O intuito é melhorar a governança e prestação dos serviços públicos nos órgãos estaduais, com melhores entregas à sociedade, além de implementar uma cultura de gerenciamento de riscos. Instituída em todos os órgãos estaduais, a iniciativa tornou o governo goiano referência nacional no tema, além de melhorar a gestão estadual e promover a **economia** de mais de R\$ 1,5 bilhão em dois anos.

A evolução da implementação do PCP no Estado de **Goiás** é garantida por meio do ranking anual realizado pela **CGE**, que avalia o desempenho de todos os órgãos na implantação e desenvolvimento do programa. Controlador-geral do Estado, Henrique Ziller fez um balanço dos resultados do Programa de Compliance Público, implantado pelo governador **Ronaldo Caiado** em 2019, logo no início de sua administração.

"Temos resultados impressionantes, o programa está implementado em todos os órgãos do Estado. Esse resultado é único e exclusivo do Estado de **Goiás**", disse Ziller. Ele conta que muitos perguntam se o governador apoia o programa de compliance, e explicou: "não só apoia, mas, sim, dirige. Ele está a frente e implementou esse programa. O sucesso do compliance está diretamente relacionado a ele ser o grande mentor".

O vice-governador Lincoln Tejota destacou o esforço dos servidores na execução do programa que está deixando marcas profundas e vai se transformar em **política** de Estado. "Parabenizo cada um dos servidores, cada um daqueles que estão se doando, se entregando, na certeza de que estamos combatendo um bom combate", disse Tejota.

O evento contou ainda com a participação do corregedor-geral do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**, **Sebastião Tejota** e dos secretários de Segurança Pública, Rodney Miranda e de Administração, Bruno D'Abadia.

"Conseguimos mais de R\$ 700 milhões em processo de recuperação e temos uma previsão de, até o final do governo, retornar aos cofres públicos mais de 2 bilhões de reais com as operações de combate à corrupção", disse Rodney Miranda. Para o secretário, "a corrupção é tão grave quanto os crimes violentos e nós temos que ter a mesma repugnância a esse tipo de crime, que temos em relação aos outros".

Em 2021, só a Delegacia Estadual de Combate à Corrupção (Deccor) deflagrou 10 operações com 62 mandados de busca e apreensão cumpridos, 365 pessoas indiciadas, aproximadamente R\$ 190 milhões apreendidos e 10 servidores públicos afastados. Estes resultados foram apresentados pelo delegado titular da unidade, Rodrigo Mendes. "Muito obrigado pela autonomia que tem dado para os organismos policiais e para a Superintendência de Segurança", agradeceu Mendes ao governador **Ronaldo Caiado**.

Reconhecimento a servidores

Além dos troféus aos órgãos da administração direta e indireta que se destacaram, foram entregues ainda, as premiações dos servidores que tiveram um desempenho acima da média na execução da gestão de riscos e distribuídas as certificações de capacitação em compliance público.

"Esse prêmio é o resultado do esforço, comprometimento e engajamento de todos da Secom. Eu estou apenas como representante, pois o prêmio é de todos que me ajudaram e é de toda a Secom", disse a servidora Leidina Rosa dos Santos, uma das coordenadoras do Escritório de Compliance da Secretaria de Comunicação (Secom).

Para o **conselheiro Sebastião Tejota**, que representou o **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, o compliance tem diminuído a corrupção no Estado de **Goiás** e facilitado o controle externo, auxiliando o trabalho do órgão. "Vamos seguir na busca pela máxima transparência", disse Tejota. Vice-presidente do Tribunal de Justiça de **Goiás** (TJGO), Zacarias Neves apontou o avanço no combate à corrupção: "a gente sente no dia a dia que o nosso Estado está cada vez melhor na área do combate à corrupção, isso é visível".

A subprocuradora-geral de Justiça, Laura Ferreira Bueno falou das consequências das ações desonestas. "Sabemos que a corrupção tira o futuro de

uma criança, impede que o idoso consiga uma vaga de UTI, cenário que o governador vem tentando reverter e conta com a parceria de todos os poderes. Estamos ombreados nessa luta"

Compliance nos municípios

Nesta semana, Caiado também anunciou o Programa de Compliance Público Municipal (PCM). Por meio da **CGE**, o **Governo de Goiás** selecionará 40 cidades goianas para auxiliar na implementação e execução do PCM.

O objetivo do programa é ajudar as prefeituras a estabelecerem um conjunto de procedimentos e estruturas que assegurem a conformidade dos atos de gestão com padrões morais e legais, bem como garantir o alcance dos resultados das políticas públicas, fomentando a ética, a transparência e a gestão de riscos nas administrações.

O PCM será realizado em parceria com o **Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM-GO)**, com a Agência Estadual de Fomento de **Goiás** (GoiásFomento) e a Federação Goiana de Municípios (FGM). A ideia é que as prefeituras goianas possam contar, em sua estrutura organizacional, com um programa de integridade nos mesmos moldes do Programa de Compliance Público de **Goiás**.

Participaram do evento os secretários Cristiane Schmidt (**Economia**); Adriano da Rocha Lima (Governadoria); Joel Sant'Anna Braga (Indústria, Comércio e Serviços); Andréa Vulcanis (Meio Ambiente); Tiago Mendonça (Agricultura, Pecuária e Abastecimento); Bruno D'Abadia (Administração); Tony Carlo (Comunicação); Ismael Alexandrino (Saúde); Henderson Rodrigues (Esporte e Lazer); Márcio César (Desenvolvimento e Inovação); Wellington Matos (Desenvolvimento Social) e o Coronel Luiz Carlos de Alencar (Casa Militar).

Ainda prestigiaram a premiação os presidentes Pedro Sales (Goinfra); Ricardo Soavinski (Saneago); Euclides Barbo (Juceg); Gilvan Cândido (**Goiás** Previdência); Leonardo Lobo (Ipasgo); Marcelo Nunes (AGR); José Essado (**Agrodefesa**); Marcos Roberto (Detran); Fabricio Amaral (**Goiás** Turismo); Marcelo Alves de Sousa (GoiásGás); Rivaél Aguiar (**Goiás** Fomento); Hipólito Prado dos Santos (**Goiás** Telecom); Lineu Olímpio (**Ceasa**) e o comandante do Corpo de Bombeiros, Coronel Esmeraldino Lemos.

Site: <https://agenciacoradenoticias.go.gov.br/34468-caiado-entrega-premiacao-do-programa-de-compliance-publico-e-do-goias-mais-transparente>

TCE-GO pede adesão ao Pacto pela Primeira Infância

A Redação

Goiânia - O **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** deve aderir ao Pacto Nacional pela Primeira Infância. O início das tratativas ocorreu durante reunião entre os presidentes do **TCE**, **Edson Ferrari**, e do Tribunal de Justiça de **Goiás**, **Carlos Alberto França**.

O Judiciário goiano é a única entidade no Estado de **Goiás** signatária do Pacto, que foi firmado há dois anos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e conta com mais de 260 instituições dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e da sociedade civil organizada.

"A solicitação do Tribunal de Contas decorre não só de nossa missão institucional, como também e principalmente da responsabilidade social inerente às entidades públicas", assinalou **Edson Ferrari**.

Já Carlos Alberto França afirmou que recebeu positivamente o pedido de adesão ao Pacto, convicto de que ações concretas em favor da primeira infância serão ainda mais viáveis e efetivas com a participação de múltiplos atores. Ele destacou que o **TCE**, por seus conhecimentos técnicos, poderá colaborar, por exemplo, de forma a aumentar a eficiência e o alcance do treinamento dado a conselheiros tutelares, que estão na ponta do atendimento às famílias e crianças em situação de risco e de necessidade.

Também participaram do encontro o desembargador Itamar de Lima, que já integrou o quadro técnico do **TCE**, o médico e assessor da Presidência Halim Girade, especialista em políticas de atenção à infância e que atuou por vários anos no Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e, Teotônio França, também assessor da Presidência.

O **conselheiro Edson Ferrari** manterá contatos com a direção da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), para a sensibilização do maior número possível desses órgãos junto ao Pacto pela Infância. "Estudos científicos demonstraram que a desnutrição e a falta de assistência médica afetam de forma muito negativa as gestantes e sobretudo as crianças nos seus primeiros seis anos de vida, prejudicando o desenvolvimento físico e mental e a capacidade cognitiva. E vai além, na medida em que

tais prejuízos se estenderão a seus futuros descendentes", assinalou o presidente do **TCE**.

Ferrari mencionou números preocupantes em relação às crianças brasileiras em situação de risco e de não assistência, citando que o CNJ identificou a existência de mais de 21 milhões de menores de seis anos, sem garantia de acesso à saúde, alimentação, educação, lazer, convivência familiar e comunitária, bem como desprovidas de proteção contra a violência, a opressão e a negligência.

Os dois presidentes já definiram integrantes das suas equipes para as primeiras providências no sentido de viabilizar a adesão do **TCE** ao Pacto pela Infância e de ações conjuntas em favor dessa parcela vulnerável da população. O primeiro Pacto pela Infância foi celebrado em 1994 e coordenado pelo então ministro da Saúde, Henrique Santillo, que anos mais tarde seria designado **conselheiro** do **TCE-GO**. Mais recentemente, o Pacto Nacional pela Primeira Infância foi celebrado há dois anos, coordenado pelo CNJ, durante a gestão do ministro Dias Toffoli.

Site: <https://www.aredacao.com.br/noticias/160547/tce-go-pede-adesao-ao-pacto-pela-primeira-infancia>

TJGO acerta com TCE adesão ao Pacto pela Primeira Infância

Os presidentes do Tribunal de Justiça, Carlos Alberto França e do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás, Edson Ferrari**, acertaram nesta quinta-feira (09) as primeiras tratativas para adesão do **TCE** ao Pacto Nacional pela Primeira Infância. O tema foi abordado durante visita do dirigente do TJGO ao presidente da Corte de Contas.

O Judiciário goiano é a única entidade no Estado de **Goiás** signatária do Pacto, que foi firmado há dois anos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e conta com mais de 260 instituições dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e da sociedade civil organizada.

"A solicitação do Tribunal de Contas decorre não só de nossa missão institucional, como também e principalmente da responsabilidade social inerente às entidades públicas", assinalou o presidente **Edson Ferrari**.

Por seu turno, o presidente Carlos Alberto França afirmou que recebeu positivamente o pedido de adesão ao Pacto, convicto de que que ações concretas em favor da primeira infância serão ainda mais viáveis e efetivas com a participação de múltiplos atores. Ele destacou que o **TCE**, por seus conhecimentos técnicos, poderá colaborar, por exemplo, de forma a aumentar a eficiência e o alcance do treinamento dado a conselheiros tutelares, que estão na ponta do atendimento às famílias e crianças em situação de risco e de necessidade.

Também participaram do encontro o desembargador Itamar de Lima, que já integrou o quadro técnico do **TCE**, o médico e assessor da Presidência Halim Girade, especialista em políticas de atenção à infância e que atuou por vários anos no Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e, Teotônio França, também assessor da Presidência.

Os dois presidentes já definiram integrantes das suas equipes para as primeiras providências no sentido de viabilizar a adesão do **TCE** ao Pacto pela Infância e de ações conjuntas em favor dessa parcela vulnerável da população.

O primeiro Pacto pela Infância foi celebrado em 1994 e coordenado pelo então Ministro da Saúde, Henrique Santillo, que anos mais tarde seria designado **conselheiro** do **TCE-GO**. Mais recentemente, o Pacto

Nacional pela Primeira Infância foi celebrado há dois anos, coordenado pelo CNJ, durante a gestão do ministro Dias Toffoli.

Site: <https://www.dm.com.br/politica/2021/12/tjgo-acerta-com-tce-adesao-ao-pacto-pela-primeira-infancia/>

Caiado entrega premiação a órgãos e servidores no programa de compliance

A Redação

Goiânia - O governador Ronaldo Caiado premiou, na quinta-feira (9/12), órgãos estaduais que se destacaram nos rankings do Programa de Compliance Público (PCP) e do **Goiás** Mais Transparente. O evento, realizado no auditório do Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás** (TJGO), fez parte do encerramento da Semana Internacional de Combate à Corrupção 2021.

"Graças ao compliance, fizemos com que grande parte dos programas e dos contratos não caminhassem para um lado que desse prejuízo ao povo goiano. Trouxemos benefícios para a população goiana de mais de R\$ 1,5 bilhão que não foram desviados e, como tal, bem aplicados para a sociedade", disse Caiado.

Os vencedores foram divididos por categoria. A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de **Goiás** (**Fapeg**), venceu no Grupo I, que reuniu órgãos de até 200 servidores. A **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes** (Goinfra), sob a gestão de Pedro Sales, venceu na categoria Grupo II (órgãos de 201 até 1.000 servidores); a **Agência Goiana de Defesa Agropecuária (Agrodefesa)**, comandada por José Essado, venceu no Grupo III (órgãos acima de 1.000 servidores). O órgão de destaque em gestão de riscos foi a Saneamento **Goiás** (Saneago), que tem Ricardo Soavinski como presidente.

No prêmio **Goiás** Mais Transparente, o Ministério Público do Estado venceu a Categoria I - Poderes Autônomos; a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa), sob a gestão de Tiago Mendonça, venceu a Categoria II - Órgãos da administração direta, autarquias e fundações públicas. A Agência Goiana de Gás Canalizado (Goiásgás), sob a presidência de Marcelo Alves de Sousa, venceu a Categoria III - Empresas públicas e sociedades de economia mista.

O Prêmio Inovação em Transparência Pública foi para a Secretaria de Indústria e Comércio (SIC), sob a gestão de Joel de Sant'anna. Na categoria Servidores Destaque em Gestão de Riscos, o prêmio foi para Leidina Rosa dos Santos, da Secretaria de Comunicação (Secom).

O PCP desenvolve ações com base em quatro eixos: ética, transparência, responsabilização e gestão de riscos. O intuito é melhorar a governança e prestação dos serviços públicos nos órgãos estaduais, com melhores entregas à sociedade, além de implementar uma cultura de gerenciamento de riscos.

A evolução da implementação do PCP no Estado de **Goiás** é garantida por meio do ranking anual realizado pela **CGE**, que avalia o desempenho de todos os órgãos na implantação e desenvolvimento do programa. Controlador-geral do Estado, Henrique Ziller fez um balanço dos resultados do Programa de Compliance Público, implantado pelo governador Ronaldo Caiado em 2019, logo no início de sua administração.

"Temos resultados impressionantes, o programa está implementado em todos os órgãos do Estado. Esse resultado é único e exclusivo do Estado de **Goiás**", disse Ziller. Ele conta que muitos perguntam se o governador apoia o programa de compliance, e explicou: "não só apoia, mas, sim, dirige. Ele está a frente e implementou esse programa. O sucesso do compliance está diretamente relacionado a ele ser o grande mentor".

O vice-governador Lincoln Tejota destacou o esforço dos servidores na execução do programa que está deixando marcas profundas e vai se transformar em política de Estado. "Parabenizo cada um dos servidores, cada um daqueles que estão se doando, se entregando, na certeza de que estamos combatendo um bom combate", disse Tejota.

O evento contou ainda com a participação do corregedor-geral do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (TCE-GO), Sebastião Tejota e dos secretários de Segurança Pública, Rodney Miranda e de Administração, Bruno D'Abadia.

"Conseguimos mais de R\$ 700 milhões em processo de recuperação e temos uma previsão de, até o final do governo, retornar aos cofres públicos mais de 2 bilhões de reais com as operações de combate à corrupção", disse Rodney Miranda. Para o secretário, "a corrupção é tão grave quanto os crimes violentos e nós temos que ter a mesma repugnância a esse tipo de crime, que temos em relação aos outros".

Em 2021, só a Delegacia Estadual de Combate à Corrupção (Deccor) deflagrou 10 operações com 62 mandados de busca e apreensão cumpridos, 365 pessoas indiciadas, aproximadamente R\$ 190 milhões apreendidos e 10 servidores públicos afastados. Estes resultados foram apresentados pelo delegado titular da unidade, Rodrigo Mendes. "Muito obrigado pela autonomia que tem dado para os organismos policiais e para a Superintendência de Segurança", agradeceu Mendes ao governador Ronaldo Caiado.

Site:

<https://www.aredacao.com.br/noticias/160544/caiado-entrega-premiacao-a-orgaos-e-servidores-no-programa-de-compliance>

Goiás perdeu mais de meio bilhão de reais com a pandemia em 2020; mostra relatório do TCE-GO

Em comparação com o ano de 2019, mesmo com os auxílios federais, **Goiás** teve, em 2020, uma receita menor em R\$ 504 milhões. Os números são extraídos da oitava edição do Boletim Estratégico da Covid-19, a última de 2021. O documento analisou o impacto da pandemia nas contas do Estado de **Goiás** que contabilizaram o déficit.

Com relação a variação das receitas em 2020, o relatório apontou que, ao excluir da análise os ingressos atípicos provenientes dos Auxílios Federais COVID de 2020 e as receitas provenientes de depósitos judiciais em 2019, ainda é possível notar uma redução significativa de receitas no ano de 2020. O que totalizou um montante de R\$504.301.354,71. Houve decréscimo, em 2020, nas receitas classificadas como Receita Patrimonial, Alienações de bens, Impostos, taxas e contribuições de melhoria e Contribuições, totalizando um montante de R\$921.570.103,41.

Em compensação, houve aumento de R\$417.268.748,70 nas receitas classificadas como: Amortização de Empréstimos, Receita de Serviços, Outras Receitas de Capital, Transferências de Capital, Operações de Crédito e Outras Receitas Correntes.

De acordo com os dados apresentados pelo **TCE-GO**, o cenário pandêmico foi, provavelmente, um dos fatores que contribuíram para a redução da receita em 2020 pela amplitude dos reflexos causados, tanto pela pandemia, como pelas ações em seu combate. Notadamente, os bloqueios realizados durante os períodos mais intensos de disseminação da COVID-19. Os detalhes podem ser conferidos no Observatório do Cidadão, portal dentro do site do **Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO)**.

Em seu Boletim Estratégico da Covid-19, o **TCE** destaca que é importante considerar duas situações no comparativo entre as receitas no exercício anterior à pandemia, em 2019, e com as receitas de 2020, afetadas pela emergência de saúde. Inicialmente, em setembro de 2019, ocorreu uma situação atípica com o ingresso de R\$ 1.863.103.735,70, originado de depósitos judiciais conforme a Lei nº 20.557/2019, receita. Neste montante, específico de 2019, não

houve a mesma movimentação. O que impactou, assim, a série histórica. Em um segundo momento, tem-se que em 2020 destaca-se o auxílio federal que destinou R\$ 1.834.189.102,87 ao longo do ano para combate à pandemia e aos seus efeitos econômicos.

Além disso, o **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** pontua que, por fim, em uma visão mensal da receita total observa-se queda na sua realização com início em abril de 2020. Mês no qual as medidas de combate a pandemia se iniciaram. Verifica-se também que os auxílios federais mitigaram o impacto e que em 2021 a receita já apresentou crescimento em todos os meses, comparado aos exercícios anteriores.

Proposta

De iniciativa da Governadoria, foi encaminhado na última semana à apreciação e à deliberação da Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás (Alego)**, o Convênio ICMS 178, de 1º de outubro de 2021, que prorroga, até o dia 30 de abril de 2024, as disposições de convênios ICMS que dispõem sobre benefícios fiscais. A proposta decorre da solicitação da Secretaria de Estado da Economia, para a posterior edição de decreto a fim de alterar o Anexo IX do Decreto nº 4.852, de 29 de dezembro de 1997, Regulamento do Código Tributário do Estado de **Goiás** (RCTE).

O Ministério Público de Contas do Estado de **Goiás** (TCM) afirmou que há necessidade de autorização legislativa para validar a concessão, a ampliação ou a prorrogação de incentivo ou benefícios fiscais do ICMS aprovados em convênios celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ). É destacado, ainda, que a renúncia de receita decorrente da prorrogação dos benefícios não afetará as metas de resultados fiscais. A matéria se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ), sob relatoria do deputado Wilde Cambão (PSD). (Especial para O Hoje)

Site: <https://ohoje.com/noticia/cidades/n/1362876/t/goias-perdeu-mais-de-meio-bilhao-de-reais-com-a-pandemia-em-2020-mostra-relatorio-do-tce-go/>

Caiado entrega premiação a órgãos estaduais e servidores mais bem colocados nos rankings do Programa de Compliance Público e do Goiás Mais Transparente

O governador **Ronaldo Caiado** premiou, nesta quinta-feira (09/12), órgãos estaduais que se destacaram nos rankings do Programa de Compliance Público (PCP) e do **Goiás Mais Transparente**. O evento, realizado no auditório do Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás** (TJGO) fez parte do encerramento da Semana Internacional de Combate à Corrupção 2021, coordenada pelo **Governo de Goiás**, por meio da Controladoria-Geral do Estado (**CGE**).

"Graças ao Compliance, fizemos com que grande parte dos programas e dos contratos não caminhassem para um lado que desse prejuízo ao povo goiano. Trouxemos benefícios para a população goiana de mais de 1,5 bilhão que não foram desviados e, como tal, bem aplicados para a sociedade", disse Caiado.

Os vencedores da premiação foram divididos por categoria. A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de **Goiás** (**Fapeg**), venceu no Grupo I, que reuniu órgãos de até 200 servidores. Na entrega do prêmio, o presidente Vanderlei Cassiano foi representado por Robson Domingos. A **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes** (**Goiinfra**), sob a gestão de Pedro Sales, venceu na categoria Grupo II (órgãos de 201 até 1.000 servidores); a **Agência Goiana de Defesa Agropecuária** (**Agrodefesa**), comandada por José Essado, venceu no Grupo III (órgãos acima de 1.000 servidores). O órgão de destaque em gestão de riscos foi a Saneamento **Goiás** (**Saneago**), que tem Ricardo Soavinski como presidente.

No prêmio **Goiás Mais Transparente**, o Ministério Público do Estado venceu a Categoria I - Poderes Autônomos; a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (**Seapa**), sob a gestão de Tiago Mendonça, venceu a Categoria II - Órgãos da administração direta, autarquias e fundações públicas. A Agência Goiana de Gás Canalizado (**Goiásgás**), sob a presidência de Marcelo Alves de Sousa, venceu a Categoria III - Empresas públicas e sociedades de **economia** mista.

O Prêmio Inovação em Transparência Pública foi para a Secretaria de Indústria e Comércio (**SIC**), sob a gestão de Joel de Sant'anna. Na categoria Servidores Destaque em Gestão de Riscos, o prêmio foi para Leidina Rosa dos Santos, da Secretaria de Comunicação (**Secom**).

O PCP desenvolve ações com base em quatro eixos: ética, transparência, responsabilização e gestão de riscos. O intuito é melhorar a governança e prestação dos serviços públicos nos órgãos estaduais, com melhores entregas à sociedade, além de implementar uma cultura de gerenciamento de riscos. Instituída em todos os órgãos estaduais, a iniciativa tornou o governo goiano referência nacional no tema, além de melhorar a gestão estadual e promover a **economia** de mais de R\$ 1,5 bilhão em dois anos.

A evolução da implementação do PCP no Estado de **Goiás** é garantida por meio do ranking anual realizado pela **CGE**, que avalia o desempenho de todos os órgãos na implantação e desenvolvimento do programa. Controlador-geral do Estado, Henrique Ziller fez um balanço dos resultados do Programa de Compliance Público, implantado pelo governador **Ronaldo Caiado** em 2019, logo no início de sua administração.

"Temos resultados impressionantes, o programa está implementado em todos os órgãos do Estado. Esse resultado é único e exclusivo do Estado de **Goiás**", disse Ziller. Ele conta que muitos perguntam se o governador apoia o programa de compliance, e explicou: "não só apoia, mas, sim, dirige. Ele está a frente e implementou esse programa. O sucesso do compliance está diretamente relacionado a ele ser o grande mentor".

O vice-governador Lincoln Tejota destacou o esforço dos servidores na execução do programa que está deixando marcas profundas e vai se transformar em **política** de Estado. "Parabenizo cada um dos servidores, cada um daqueles que estão se doando,

se entregando, na certeza de que estamos combatendo um bom combate", disse Tejota.

O evento contou ainda com a participação do corregedor-geral do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**, **Sebastião Tejota** e dos secretários de Segurança Pública, Rodney Miranda e de Administração, Bruno D'Abadia.

"Conseguimos mais de R\$ 700 milhões em processo de recuperação e temos uma previsão de, até o final do governo, retornar aos cofres públicos mais de 2 bilhões de reais com as operações de combate à corrupção", disse Rodney Miranda. Para o secretário, "a corrupção é tão grave quanto os crimes violentos e nós temos que ter a mesma repugnância a esse tipo de crime, que temos em relação aos outros".

Em 2021, só a Delegacia Estadual de Combate à Corrupção (Deccor) deflagrou 10 operações com 62 mandados de busca e apreensão cumpridos, 365 pessoas indiciadas, aproximadamente R\$ 190 milhões apreendidos e 10 servidores públicos afastados. Estes resultados foram apresentados pelo delegado titular da unidade, Rodrigo Mendes. "Muito obrigado pela autonomia que tem dado para os organismos policiais e para a Superintendência de Segurança", agradeceu Mendes ao governador **Ronaldo Caiado**.

Reconhecimento a servidores

Além dos troféus aos órgãos da administração direta e indireta que se destacaram, foram entregues ainda, as premiações dos servidores que tiveram um desempenho acima da média na execução da gestão de riscos e distribuídas as certificações de capacitação em compliance público.

"Esse prêmio é o resultado do esforço, comprometimento e engajamento de todos da Secom. Eu estou apenas como representante, pois o prêmio é de todos que me ajudaram e é de toda a Secom", disse a servidora Leidina Rosa dos Santos, uma das coordenadoras do Escritório de Compliance da Secretaria de Comunicação (Secom).

Para o **conselheiro Sebastião Tejota**, que representou o **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, o compliance tem diminuído a corrupção no Estado de **Goiás** e facilitado o controle externo, auxiliando o trabalho do órgão. "Vamos seguir na busca pela máxima transparência", disse Tejota. Vice-presidente do Tribunal de Justiça de **Goiás** (TJGO), Zacarias Neves apontou o avanço no combate à corrupção: "a gente sente no dia a dia que o nosso Estado está cada vez melhor na área do combate à corrupção, isso é visível".

A subprocuradora-geral de Justiça, Laura Ferreira Bueno falou das consequências das ações desonestas. "Sabemos que a corrupção tira o futuro de uma criança, impede que o idoso consiga uma vaga de UTI, cenário que o governador vem tentando reverter e conta com a parceria de todos os poderes. Estamos ombreados nessa luta"

Compliance nos municípios

Nesta semana, Caiado também anunciou o Programa de Compliance Público Municipal (PCM). Por meio da **CGE**, o **Governo de Goiás** selecionará 40 cidades goianas para auxiliar na implementação e execução do PCM.

O objetivo do programa é ajudar as prefeituras a estabelecerem um conjunto de procedimentos e estruturas que assegurem a conformidade dos atos de gestão com padrões morais e legais, bem como garantir o alcance dos resultados das políticas públicas, fomentando a ética, a transparência e a gestão de riscos nas administrações.

O PCM será realizado em parceria com o **Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM-GO)**, com a Agência Estadual de Fomento de **Goiás** (GoiásFomento) e a Federação Goiana de Municípios (FGM). A ideia é que as prefeituras goianas possam contar, em sua estrutura organizacional, com um programa de integridade nos mesmos moldes do Programa de Compliance Público de **Goiás**.

Participaram do evento os secretários Cristiane Schmidt (**Economia**); Adriano da Rocha Lima (Governadoria); Joel Sant'Anna Braga (Indústria, Comércio e Serviços); Andréa Vulcanis (Meio Ambiente); Tiago Mendonça (Agricultura, Pecuária e Abastecimento); Bruno D'Abadia (Administração); Tony Carlo (Comunicação); Ismael Alexandrino (Saúde); Henderson Rodrigues (Esporte e Lazer); Márcio César (Desenvolvimento e Inovação); Wellington Matos (Desenvolvimento Social) e o Coronel Luiz Carlos de Alencar (Casa Militar).

Ainda prestigiaram a premiação os presidentes Pedros Sales (Goinfra); Ricardo Soavinski (Saneago); Euclides Barbo (Juceg); Gilvan Cândido (**Goiás** Previdência); Leonardo Lobo (Ipasgo); Marcelo Nunes (AGR); José Essado (**Agrodefesa**); Marcos Roberto (Detran); Fabricio Amaral (**Goiás** Turismo); Marcelo Alves de Sousa (GoiásGás); Rivaél Aguiar (**Goiás** Fomento); Hipólito Prado dos Santos (**Goiás** Telecom); Lineu Olímpio (**Ceasa**) e o comandante do Corpo de Bombeiros, Coronel Esmeraldino Lemos.

Site: <https://diariodeaparecida.com.br/caiado-entrega-premiacao-a-orgaos-estaduais-e-servidores-mais-bem>



***colocados-nos-rankings-do-programa-de-compliance-
publico-e-do-goias-mais-transparente/***

Emater recebe cinco premiações no ranking do Programa de Compliance Público

A Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária (**Emater**) levou cinco premiações no ranking dos melhores do Programa de Compliance Público (PCP), cerimônia que aconteceu nesta quinta-feira (09), no auditório do Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás** (TJ-GO).

Na disputa geral, que avalia a força de cada órgão na implantação dos eixos do PCP (Ética, Transparência, Responsabilização e Gestão de Riscos), a **Emater** ficou em terceiro lugar, entre as entidades com até mil servidores. A instituição também esteve na terceira colocação para o prêmio **Goiás** Mais Transparente, que leva em conta a adequação dos portais de Acesso à Informação às normas da Controladoria-Geral do Estado (**CGE**) e do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**).

Além disso, a **Emater** foi contemplada em quinto lugar pela premiação Inovação em Transparência Pública e recebeu duas certificações de Servidores Destaque em Gestão de Riscos. Os colaboradores premiados foram a chefe de gabinete Simeire Gomes Pereira Ribeiro e a ex-gerente de Planejamento Institucional Fernanda Martins de Aquino, condecoração entregue in memoriam aos familiares da profissional.

Na ocasião, também foi concedido o certificado em Compliance aos servidores estaduais que fizeram os cursos ministrados pela Escola de Governo. Neste ano, 121 colaboradores realizaram o total de 180 horas de capacitação. O reconhecimento foi entregue à servidora Ivanete Ferreira dos Santos.

Representando a **Emater**, estiveram presentes o presidente, Pedro Leonardo Rezende; a diretora de Gestão Integrada, Maria José Del Peloso; o gerente de Planejamento Institucional, Fabiano Vargas; e a assessora de comunicação, Fernanda Garcia.

O Programa de Compliance Público desenvolve ações para melhorar a governança e prestação dos serviços públicos nos órgãos estaduais, com entregas de qualidade à sociedade, além de implementar uma cultura de gerenciamento de riscos. Instituída em todos os órgãos estaduais, a iniciativa tornou o governo goiano referência nacional no tema.

"Graças ao Compliance, fizemos com que grande parte dos programas e dos contratos não

caminhassem para um lado que desse prejuízo ao povo goiano. Trouxemos benefícios para a população goiana de mais de 1,5 bilhão que não foram desviados e, como tal, bem aplicados para a sociedade", disse o governador Ronaldo Caiado durante a solenidade.

Nesta semana, Caiado também anunciou o Programa de Compliance Público Municipal (PCM). Por meio da **CGE**, o Governo de **Goiás** selecionará 40 cidades goianas para auxiliar na implementação e execução do PCM.

O objetivo do programa é ajudar as prefeituras a estabelecerem um conjunto de procedimentos e estruturas que assegurem a conformidade dos atos de gestão com padrões morais e legais, bem como garantir o alcance dos resultados das políticas públicas, fomentando a ética, a transparência e a gestão de riscos nas administrações.

O PCM será realizado em parceria com o **Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás** (TCM-GO), com a Agência Estadual de Fomento de **Goiás** (GoiásFomento) e a Federação Goiana de Municípios (FGM). A ideia é que as prefeituras goianas possam contar, em sua estrutura organizacional, com um programa de integridade nos mesmos moldes do Programa de Compliance Público de **Goiás**.

Comunicação Setorial da **Emater** - Governo de **Goiás**

comunicacao.ematergo@gmail.com | +55 62 3201-2322

www.emater.go.gov.br

@ematergoias

Site: <https://www.emater.go.gov.br/wp/emater-recebe-cinco-premiacoes-no-ranking-do-programa-de-compliance-publico/>

Alego encerra semana com quatro sessões deliberativas. Próxima sessão é extra e acontece na 2ª-feira, às 10 horas

O Legislativo goiano encerrou a semana de votações com três sessões ordinárias e uma sessão extraordinária realizadas. Nos quatro encontros, os parlamentares proporcionaram quórum qualificado para votações e 12 deliberações foram feitas. As apreciações recaíram sobre proposições assinadas por deputados, pelo Executivo e pelo **Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás** (TCM-GO). As sessões aconteceram por meio do sistema híbrido implementado durante a pandemia de covid-19 pelo Parlamento estadual.

Entre as matérias apreciadas, seis foram votadas em fase definitiva, sendo quatro oriundas do Poder Executivo, uma assinada por parlamentar e uma oriunda do TCM-GO. Três dessas proposições foram apreciadas em votação única. A primeira delas é referente ao processo legislativo nº 8996/21. De iniciativa da Governadoria, seu texto trata do Convênio ICMS 178, de 1º de outubro de 2021, que prorroga, até o dia 30 de abril de 2024, as disposições de convênios ICMS que versam sobre benefícios fiscais.

Também em apreciação única, o Plenário apreciou os processos nº 7579/21 e o de nº 6779/19. O primeiro é referente à indicação do nome de Carolina Tavares Araújo para compor o Conselho Estadual de Educação (CEE). Já o segundo trata de um veto integral do Poder Executivo a projeto de lei aprovado anteriormente pela Casa.

O autógrafo de lei vetado é de iniciativa do deputado Coronel Adailton (Progressistas) e visa a alteração das Leis nº 8.033, de 02 de dezembro de 1975, que versa sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado de **Goiás**; e nº 11.416, de 05 de fevereiro de 1991, que baixa o Estatuto dos Bombeiros Militares do Estado. Ao apreciarem o veto, os parlamentares, com anuência da base do Governo, decidiram pela derrubada do mesmo. Desta forma fica o Executivo obrigado a sancionar as modificações listadas.

Durante a discussão da matéria, Coronel Adailton explicou que as alterações versam sobre a substituição do título de inativo dados aos militares da reserva, que passarão a ser chamados de veteranos, a partir das atualizações a serem, em breve,

promulgadas. Na sequência, o próprio líder do governo, deputado Bruno Peixoto (MDB), orientou os parlamentares da base a votarem pela derrubada do veto, em razão de acordo de reconhecimento feito com o governador Ronaldo Caiado.

Processos aprovados em segunda e definitiva votação

Além das matérias deliberadas em votação única, os deputados também deram aval a outros três processos legislativos. Dois projetos de lei receberam o aval do Plenário em segunda fase e uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) foi aprovada em segundo turno de votação.

A PEC, que tramitou na Casa por meio do processo legislativo nº 8170/21, ficou conhecida popularmente como PEC do ICMS e já está apta ser promulgada pela Mesa Diretora da **Alego**. Essa Proposta de Emenda à Constituição (PEC) visa, unicamente, redistribuir o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) aos municípios goianos.

O texto da PEC altera o parágrafo 1º, do artigo 107 da Constituição do Estado de **Goiás**, de forma a adequá-lo à nova regra de repartição determinada pela Emenda Constitucional Federal nº 108/2020 (Lei do Fundeb). A matéria abre espaço para a adoção de novos critérios que tornem a distribuição de recursos entre os municípios goianos menos desigual, favorecendo aqueles menos desenvolvidos.

Outra propositura apreciada pelo Plenário, em segunda votação, foi a de nº 9001/21. De autoria do TCM-GO, o texto visa promover alterações na Lei Orgânica do órgão (Lei nº 15.958, de 18 de janeiro de 2007). A modificação trata especificamente do artigo 36 da lei, que versa sobre a citação da intimação e da notificação de jurisdicionados.

A principal alteração é dada pela inclusão de dispositivo que possibilita que as citações sejam feitas pessoalmente, "por servidor designado pelo Tribunal, a ser regulamentado por ato próprio". Há também um acréscimo ao artigo 56-0, que disciplina a suspensão

da prescrição punitiva no âmbito do TCM-GO.

O órgão esclarece que as alterações não acarretam qualquer aumento de despesa com pessoal ou impacto orçamentário e financeiro. Em justificativa, o TCM-GO enfatiza que a proposta encaminhada à apreciação da **Alego** visa apenas promover ajustes pontuais e necessários ao melhor desenvolvimento das atividades finalísticas da instituição. Com isso, informa que a entidade tenta dar maior celeridade às comunicações e trazer maior segurança jurídica, transparência e eficiência na prestação do serviço público de controle a ela constitucionalmente conferido.

Por fim, o Plenário também deu aval definitivo ao projeto de lei nº 5568/20. De autoria do deputado Julio Pina (PRTB), o texto declara de utilidade pública o Círculo de Apoio à Aprendizagem Profissional de **Goiânia** (Camp), com sede em **Goiânia**.

Novos processos legislativos

Ao longo da semana, foram protocoladas na Assembleia Legislativa novas matérias. Dessas, 19 são referentes a projetos de lei ordinária, sendo que 17 são de iniciativa parlamentar e duas são assinadas pelo Poder Executivo. Essas proposições foram encaminhadas para apreciação das comissões técnicas e podem constar, em breve, na pauta de votações do Plenário.

Além desses, a Casa recebeu 16 relatórios da Secretaria de Estado da Saúde (SES), três vetos do governador Ronaldo Caiado (DEM) a projetos de lei aprovados anteriormente pelo Plenário e um comunicado-geral da Secretaria de Estado da Casa Civil, totalizando 39 novos processos legislativos em tramitação na **Alego**.

Pauta para a próxima semana

Os deputados realizarão a primeira sessão deliberativa da próxima semana, extraordinariamente na segunda-feira, 13, a partir das 10 horas. Na Ordem do Dia, constam 94 matérias que contemplam iniciativas parlamentares, do Poder Executivo e do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**. A sessão será realizada pelo sistema híbrido.

A pauta traz 19 projetos de lei de iniciativa parlamentar para votação definitiva, 61 em fase de primeira apreciação e 10 pareceres favoráveis aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ). Também poderão ser analisados três projetos de lei da Governadoria do Estado em votação definitiva e, em apreciação única, um parecer prévio, oriundo do **TCE-GO**, referente às contas anuais do Executivo no

exercício de 2020.

Dentre os processos que serão submetidos à votação definitiva, destacam-se as propostas da Governadoria de nº 8995/21, nº 8735/21 e nº 9102/21. O primeiro altera a Lei nº 11.651, de 26 de dezembro de 1991, a qual institui o Código Tributário do Estado de **Goiás** (CTE).

Segundo justificativa do governador Ronaldo Caiado, "um dos objetivos é alterar o art. 71-A, que disciplina a penalidade específica decorrente de obrigações acessórias correspondentes à Escrituração Fiscal Digital (EFD)". O texto pretende que o contribuinte beneficiário do programa ProGoiás que incorrer em irregularidades seja penalizado no mesmo patamar aplicado aos contribuintes dos programas Fomentar, do Produzir e de seus subprogramas.

Ainda conforme a proposta, a Secretaria da Economia destaca a finalidade de adequar dispositivos que tratam do Cadastro de Contribuintes do Estado de **Goiás** (CCE). "Ajusta-se o texto legal às situações práticas relativas aos eventos cadastrais que passarão a ser realizados, de forma automática, pela Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (RedeSim)".

Já o segundo projeto promove adequação na Lei nº 20.918, de 21 de dezembro de 2020, que versa sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público. "O que se propõe é assegurar que os editais de processo seletivo simplificado de contratação por tempo determinado reservem parte das vagas de formação superior aos profissionais com até três anos de conclusão da graduação, consoante critérios objetivos definidos pelo órgão central de gestão de pessoal", frisa o Governo.

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e publicados em 27 de maio de 2021, a taxa de desocupação no primeiro trimestre de 2021 foi superior a 14% no país. Também se constatou que a taxa de desempregados entre 18 e 24 anos ficou acima da média geral, pois alcançou 31% no referido período.

Por fim, também poderá ser deliberado em votação definitiva a proposta da Governadoria que altera a Lei nº 11.651, de 26 de dezembro de 1991, a qual institui o Código Tributário do Estado de **Goiás** (CTE). Nesse caso, o projeto busca promover alterações nas formas de cálculo do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD) no estado.

"Propõe-se o ajuste da base de cálculo do tributo, a forma de avaliação dos bens e dos direitos indicados, a possibilidade de parcelamento do imposto em até 48 vezes, a instituição de mecanismos de maior celeridade para o processamento da declaração do ITCD e a adequação das penalidades aplicáveis às infrações praticadas, entre outras modificações", diz o texto da matéria encaminhada para apreciação da Assembleia Legislativa.

Todas essas proposições, se forem aprovadas, seguirão para a sanção do governador Ronaldo Caiado.

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas na sessão extraordinária da próxima segunda-feira, 13, consulte a pauta prévia .

Site: <https://www.gazetadoestado.com.br/alego-encerra-semana-com-quatro-sessoes-deliberativas-proxima-sessao-e-extra-e-acontece-na-2a-feira-as-10-horas/>

Alego encerra semana com quatro sessões deliberativas. Próxima sessão é extra e acontece na 2ª-feira, às 10 horas

Da Redação

O Legislativo goiano encerrou a semana de votações com três sessões ordinárias e uma sessão extraordinária realizadas. Nos quatro encontros, os parlamentares proporcionaram quórum qualificado para votações e 12 deliberações foram feitas. As apreciações recaíram sobre proposições assinadas por deputados, pelo Executivo e pelo **Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM-GO)**. As sessões aconteceram por meio do sistema híbrido implementado durante a pandemia de covid-19 pelo Parlamento estadual.

Entre as matérias apreciadas, seis foram votadas em fase definitiva, sendo quatro oriundas do Poder Executivo, uma assinada por parlamentar e uma oriunda do TCM-GO. Três dessas proposições foram apreciadas em votação única. A primeira delas é referente ao processo legislativo nº 8996/21. De iniciativa da Governadoria, seu texto trata do Convênio ICMS 178, de 1º de outubro de 2021, que prorroga, até o dia 30 de abril de 2024, as disposições de convênios ICMS que versam sobre benefícios fiscais.

Também em apreciação única, o Plenário apreciou os processos nº 7579/21 e o de nº 6779/19. O primeiro é referente à indicação do nome de Carolina Tavares Araújo para compor o Conselho Estadual de Educação (CEE). Já o segundo trata de um veto integral do Poder Executivo a projeto de lei aprovado anteriormente pela Casa.

O autógrafo de lei vetado é de iniciativa do deputado Coronel Adailton (Progressistas) e visa a alteração das Leis nº 8.033, de 02 de dezembro de 1975, que versa sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado de **Goiás**; e nº 11.416, de 05 de fevereiro de 1991, que baixa o Estatuto dos Bombeiros Militares do Estado. Ao apreciarem o veto, os parlamentares, com anuência da base do Governo, decidiram pela derrubada do mesmo. Desta forma fica o Executivo obrigado a sancionar as modificações listadas.

Durante a discussão da matéria, Coronel Adailton explicou que as alterações versam sobre a substituição do título de inativo dados aos militares da

reserva, que passarão a ser chamados de veteranos, a partir das atualizações a serem, em breve, promulgadas. Na sequência, o próprio líder do governo, deputado Bruno Peixoto (MDB), orientou os parlamentares da base a votarem pela derrubada do veto, em razão de acordo de reconhecimento feito com o governador Ronaldo Caiado.

Processos aprovados em segunda e definitiva votação

Além das matérias deliberadas em votação única, os deputados também deram aval a outros três processos legislativos. Dois projetos de lei receberam o aval do Plenário em segunda fase e uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) foi aprovada em segundo turno de votação.

A PEC, que tramitou na Casa por meio do processo legislativo nº 8170/21, ficou conhecida popularmente como PEC do ICMS e já está apta ser promulgada pela Mesa Diretora da **Alego**. Essa Proposta de Emenda à Constituição (PEC) visa, unicamente, redistribuir o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) aos municípios goianos.

O texto da PEC altera o parágrafo 1º, do artigo 107 da Constituição do Estado de **Goiás**, de forma a adequá-lo à nova regra de repartição determinada pela Emenda Constitucional Federal nº 108/2020 (Lei do Fundeb). A matéria abre espaço para a adoção de novos critérios que tornem a distribuição de recursos entre os municípios goianos menos desigual, favorecendo aqueles menos desenvolvidos.

Outra propositura apreciada pelo Plenário, em segunda votação, foi a de nº 9001/21. De autoria do TCM-GO, o texto visa promover alterações na Lei Orgânica do órgão (Lei nº 15.958, de 18 de janeiro de 2007). A modificação trata especificamente do artigo 36 da lei, que versa sobre a citação da intimação e da notificação de jurisdicionados.

A principal alteração é dada pela inclusão de dispositivo que possibilita que as citações sejam feitas pessoalmente, "por servidor designado pelo Tribunal, a

ser regulamentado por ato próprio". Há também um acréscimo ao artigo 56-0, que disciplina a suspensão da prescrição punitiva no âmbito do TCM-GO.

O órgão esclarece que as alterações não acarretam qualquer aumento de despesa com pessoal ou impacto orçamentário e financeiro. Em justificativa, o TCM-GO enfatiza que a proposta encaminhada à apreciação da **Alego** visa apenas promover ajustes pontuais e necessários ao melhor desenvolvimento das atividades finalísticas da instituição. Com isso, informa que a entidade tenta dar maior celeridade às comunicações e trazer maior segurança jurídica, transparência e eficiência na prestação do serviço público de controle a ela constitucionalmente conferido.

Por fim, o Plenário também deu aval definitivo ao projeto de lei nº 5568/20. De autoria do deputado Julio Pina (PRTB), o texto declara de utilidade pública o Círculo de Apoio à Aprendizagem Profissional de **Goiânia** (Camp), com sede em **Goiânia**.

Novos processos legislativos

Ao longo da semana, foram protocoladas na Assembleia Legislativa novas matérias. Dessas, 19 são referentes a projetos de lei ordinária, sendo que 17 são de iniciativa parlamentar e duas são assinadas pelo Poder Executivo. Essas proposições foram encaminhadas para apreciação das comissões técnicas e podem constar, em breve, na pauta de votações do Plenário.

Além desses, a Casa recebeu 16 relatórios da Secretaria de Estado da Saúde (SES), três vetos do governador Ronaldo Caiado (DEM) a projetos de lei aprovados anteriormente pelo Plenário e um comunicado-geral da Secretaria de Estado da Casa Civil, totalizando 39 novos processos legislativos em tramitação na **Alego**.

Pauta para a próxima semana

Os deputados realizarão a primeira sessão deliberativa da próxima semana, extraordinariamente na segunda-feira, 13, a partir das 10 horas. Na Ordem do Dia, constam 94 matérias que contemplam iniciativas parlamentares, do Poder Executivo e do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**. A sessão será realizada pelo sistema híbrido.

A pauta traz 19 projetos de lei de iniciativa parlamentar para votação definitiva, 61 em fase de primeira apreciação e 10 pareceres favoráveis aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ). Também poderão ser analisados três projetos de lei da Governadoria do Estado em votação definitiva e, em

apreciação única, um parecer prévio, oriundo do **TCE-GO**, referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020.

Dentre os processos que serão submetidos à votação definitiva, destacam-se as propostas da Governadoria de nº 8995/21, nº 8735/21 e nº 9102/21. O primeiro altera a Lei nº 11.651, de 26 de dezembro de 1991, a qual institui o Código Tributário do Estado de **Goiás** (CTE).

Segundo justificativa do governador Ronaldo Caiado, "um dos objetivos é alterar o art. 71-A, que disciplina a penalidade específica decorrente de obrigações acessórias correspondentes à Escrituração Fiscal Digital (EFD)". O texto pretende que o contribuinte beneficiário do programa ProGoiás que incorrer em irregularidades seja penalizado no mesmo patamar aplicado aos contribuintes dos programas Fomentar, do Produzir e de seus subprogramas.

Ainda conforme a proposta, a Secretaria da Economia destaca a finalidade de adequar dispositivos que tratam do Cadastro de Contribuintes do Estado de **Goiás** (CCE). "Ajusta-se o texto legal às situações práticas relativas aos eventos cadastrais que passarão a ser realizados, de forma automática, pela Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (RedeSim)".

Já o segundo projeto promove adequação na Lei nº 20.918, de 21 de dezembro de 2020, que versa sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público. "O que se propõe é assegurar que os editais de processo seletivo simplificado de contratação por tempo determinado reservem parte das vagas de formação superior aos profissionais com até três anos de conclusão da graduação, consoante critérios objetivos definidos pelo órgão central de gestão de pessoal", frisa o Governo.

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e publicados em 27 de maio de 2021, a taxa de desocupação no primeiro trimestre de 2021 foi superior a 14% no país. Também se constatou que a taxa de desempregados entre 18 e 24 anos ficou acima da média geral, pois alcançou 31% no referido período.

Por fim, também poderá ser deliberado em votação definitiva a proposta da Governadoria que altera a Lei nº 11.651, de 26 de dezembro de 1991, a qual institui o Código Tributário do Estado de **Goiás** (CTE). Nesse caso, o projeto busca promover alterações nas formas de cálculo do Imposto sobre a Transmissão Causa

Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD) no estado.

"Propõe-se o ajuste da base de cálculo do tributo, a forma de avaliação dos bens e dos direitos indicados, a possibilidade de parcelamento do imposto em até 48 vezes, a instituição de mecanismos de maior celeridade para o processamento da declaração do ITCD e a adequação das penalidades aplicáveis às infrações praticadas, entre outras modificações", diz o texto da matéria encaminhada para apreciação da Assembleia Legislativa.

Todas essas proposições, se forem aprovadas, seguirão para a sanção do governador Ronaldo Caiado.

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas na sessão extraordinária da próxima segunda-feira, 13, consulte a pauta prévia .

Site: <https://www.gazetaplay.com.br/alego-encerra-semana-com-quatro-sessoes-deliberativas-proxima-sessao-e-extra-e-acontece-na-2a-feira-as-10-horas/>

Compliance público: Caiado premia órgãos estaduais com melhor desempenho

O governador **Ronaldo Caiado** premiou, nesta quinta-feira (09/12), órgãos estaduais que se destacaram nos rankings do Programa de Compliance Público (PCP) e do **Goias** Mais Transparente. O evento, realizado no auditório do Tribunal de Justiça do Estado de **Goias** (TJGO) fez parte do encerramento da Semana Internacional de Combate à Corrupção 2021, coordenada pelo **Governo de Goias**, por meio da Controladoria-Geral do Estado (**CGE**).

"Graças ao Compliance, fizemos com que grande parte dos programas e dos contratos não caminhassem para um lado que desse prejuízo ao povo goiano. Trouxemos benefícios para a população goiana de mais de 1,5 bilhão que não foram desviados e, como tal, bem aplicados para a sociedade", disse Caiado.

Os vencedores da premiação foram divididos por categoria. A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de **Goias** (**Fapeg**), venceu no Grupo I, que reuniu órgãos de até 200 servidores. Na entrega do prêmio, o presidente Vanderlei Cassiano foi representado por Robson Domingos. A **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes** (Goinfra), sob a gestão de Pedro Sales, venceu na categoria Grupo II (órgãos de 201 até 1.000 servidores); a **Agência Goiana de Defesa Agropecuária** (**Agrodefesa**), comandada por José Essado, venceu no Grupo III (órgãos acima de 1.000 servidores). O órgão de destaque em gestão de riscos foi a Saneamento **Goias** (Saneago), que tem Ricardo Soavinski como presidente.

No prêmio **Goias** Mais Transparente, o Ministério Público do Estado venceu a Categoria I - Poderes Autônomos; a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa), sob a gestão de Tiago Mendonça, venceu a Categoria II - Órgãos da administração direta, autarquias e fundações públicas. A Agência Goiana de Gás Canalizado (Goiásgás), sob a presidência de Marcelo Alves de Sousa, venceu a Categoria III - Empresas públicas e sociedades de **economia** mista.

O Prêmio Inovação em Transparência Pública foi para a Secretaria de Indústria e Comércio (SIC), sob a gestão de Joel de Sant'anna. Na categoria Servidores Destaque em Gestão de Riscos, o prêmio foi para Leidina Rosa dos Santos, da Secretaria de

Comunicação (Secom).

O PCP desenvolve ações com base em quatro eixos: ética, transparência, responsabilização e gestão de riscos. O intuito é melhorar a governança e prestação dos serviços públicos nos órgãos estaduais, com melhores entregas à sociedade, além de implementar uma cultura de gerenciamento de riscos. Instituída em todos os órgãos estaduais, a iniciativa tornou o governo goiano referência nacional no tema, além de melhorar a gestão estadual e promover a **economia** de mais de R\$ 1,5 bilhão em dois anos.

A evolução da implementação do PCP no Estado de **Goias** é garantida por meio do ranking anual realizado pela **CGE**, que avalia o desempenho de todos os órgãos na implantação e desenvolvimento do programa. Controlador-geral do Estado, Henrique Ziller fez um balanço dos resultados do Programa de Compliance Público, implantado pelo governador **Ronaldo Caiado** em 2019, logo no início de sua administração.

"Temos resultados impressionantes, o programa está implementado em todos os órgãos do Estado. Esse resultado é único e exclusivo do Estado de **Goias**", disse Ziller. Ele conta que muitos perguntam se o governador apoia o programa de compliance, e explicou: "não só apoia, mas, sim, dirige. Ele está a frente e implementou esse programa. O sucesso do compliance está diretamente relacionado a ele ser o grande mentor".

O vice-governador Lincoln Tejota destacou o esforço dos servidores na execução do programa que está deixando marcas profundas e vai se transformar em **política** de Estado. "Parabenizo cada um dos servidores, cada um daqueles que estão se doando, se entregando, na certeza de que estamos combatendo um bom combate", disse Tejota.

O evento contou ainda com a participação do corregedor-geral do **Tribunal de Contas do Estado de Goias** (TCE-GO), **Sebastião Tejota** e dos secretários de Segurança Pública, Rodney Miranda e de Administração, Bruno D'Abadia.

"Conseguimos mais de R\$ 700 milhões em processo de recuperação e temos uma previsão de, até o final do governo, retornar aos cofres públicos mais de 2

bilhões de reais com as operações de combate à corrupção", disse Rodney Miranda. Para o secretário, "a corrupção é tão grave quanto os crimes violentos e nós temos que ter a mesma repugnância a esse tipo de crime, que temos em relação aos outros".

Em 2021, só a Delegacia Estadual de Combate à Corrupção (Deccor) deflagrou 10 operações com 62 mandados de busca e apreensão cumpridos, 365 pessoas indiciadas, aproximadamente R\$ 190 milhões apreendidos e 10 servidores públicos afastados. Estes resultados foram apresentados pelo delegado titular da unidade, Rodrigo Mendes. "Muito obrigado pela autonomia que tem dado para os organismos policiais e para a Superintendência de Segurança", agradeceu Mendes ao governador **Ronaldo Caiado**.

Reconhecimento a servidores

Além dos troféus aos órgãos da administração direta e indireta que se destacaram, foram entregues ainda, as premiações dos servidores que tiveram um desempenho acima da média na execução da gestão de riscos e distribuídas as certificações de capacitação em compliance público.

"Esse prêmio é o resultado do esforço, comprometimento e engajamento de todos da Secom. Eu estou apenas como representante, pois o prêmio é de todos que me ajudaram e é de toda a Secom", disse a servidora Leidina Rosa dos Santos, uma das coordenadoras do Escritório de Compliance da Secretaria de Comunicação (Secom).

Para o **conselheiro Sebastião Tejota**, que representou o **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, o compliance tem diminuído a corrupção no Estado de **Goiás** e facilitado o controle externo, auxiliando o trabalho do órgão. "Vamos seguir na busca pela máxima transparência", disse Tejota. Vice-presidente do Tribunal de Justiça de **Goiás** (TJGO), Zacarias Neves apontou o avanço no combate à corrupção: "a gente sente no dia a dia que o nosso Estado está cada vez melhor na área do combate à corrupção, isso é visível".

A subprocuradora-geral de Justiça, Laura Ferreira Bueno falou das consequências das ações desonestas. "Sabemos que a corrupção tira o futuro de uma criança, impede que o idoso consiga uma vaga de UTI, cenário que o governador vem tentando reverter e conta com a parceria de todos os poderes. Estamos ombreados nessa luta"

Compliance nos municípios

Nesta semana, Caiado também anunciou o Programa de Compliance Público Municipal (PCM).

CGE, o Governo de Goiás selecionará 40 cidades goianas para auxiliar na implementação e execução do PCM.

O objetivo do programa é ajudar as prefeituras a estabelecerem um conjunto de procedimentos e estruturas que assegurem a conformidade dos atos de gestão com padrões morais e legais, bem como garantir o alcance dos resultados das políticas públicas, fomentando a ética, a transparência e a gestão de riscos nas administrações.

O PCM será realizado em parceria com o **Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás** (TCM-GO), com a Agência Estadual de Fomento de **Goiás** (GoiásFomento) e a Federação Goiana de Municípios (FGM). A ideia é que as prefeituras goianas possam contar, em sua estrutura organizacional, com um programa de integridade nos mesmos moldes do Programa de Compliance Público de **Goiás**.

Site: <https://goias24horas.com.br/175475-compliance-publico-caiado-premia-orgaos-estaduais-com-melhor-desempenho/>

Caiado entrega premiação a órgãos estaduais e servidores mais bem colocados nos rankings do Programa de Compliance Público e do Goiás Mais Transparente

Medidas implementadas pelo **Governo de Goiás** objetivam melhorar governança e prestação dos serviços públicos à sociedade. "Trazemos benefícios para a população goiana de mais de R\$ 1,5 bilhão que não foram desviados e, como tal, bem aplicados para a sociedade"

O governador **Ronaldo Caiado** premiou, nesta quinta-feira (09/12), **órgãos estaduais** que se destacaram nos rankings do Programa de Compliance Público (PCP) e do **Goiás Mais Transparente**. O evento, realizado no auditório do Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás** (TJGO) fez parte do encerramento da Semana Internacional de Combate à Corrupção 2021, coordenada pelo **Governo de Goiás**, por meio da Controladoria-Geral do Estado (**CGE**).

"Graças ao Compliance, fizemos com que grande parte dos programas e dos contratos não caminhassem para um lado que desse prejuízo ao povo goiano. Trazemos benefícios para a população goiana de mais de 1,5 bilhão que não foram desviados e, como tal, bem aplicados para a sociedade", disse Caiado.

Os vencedores da premiação foram divididos por categoria. A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de **Goiás** (**Fapeg**), venceu no Grupo I, que reuniu **órgãos** de até 200 servidores. Na entrega do prêmio, o presidente Vanderlei Cassiano foi representado por Robson Domingos. A **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes** (**Goinfra**), sob a gestão de Pedro Sales, venceu na categoria Grupo II (**órgãos** de 201 até 1.000 servidores); a **Agência Goiana de Defesa Agropecuária** (**Agrodefesa**), comandada por José Essado, venceu no Grupo III (**órgãos** acima de 1.000 servidores). O **órgão** de destaque em gestão de riscos foi a Saneamento **Goiás** (Saneago), que tem Ricardo Soavinski como presidente.

No prêmio **Goiás Mais Transparente**, o Ministério Público do Estado venceu a Categoria I - Poderes Autônomos; a Secretaria de Agricultura, Pecuária e

Abastecimento (Seapa), sob a gestão de Tiago Mendonça, venceu a Categoria II - **Órgãos** da administração direta, autarquias e fundações públicas. A Agência Goiana de Gás Canalizado (Goiásgás), sob a presidência de Marcelo Alves de Sousa, venceu a Categoria III - Empresas públicas e sociedades de **economia** mista.

O Prêmio Inovação em Transparência Pública foi para a Secretaria de Indústria e Comércio (SIC), sob a gestão de Joel de Sant'anna. Na categoria Servidores Destaque em Gestão de Riscos, o prêmio foi para Leidina Rosa dos Santos, da Secretaria de Comunicação (Secom).

O PCP desenvolve ações com base em quatro eixos: ética, transparência, responsabilização e gestão de riscos. O intuito é melhorar a governança e prestação dos serviços públicos nos **órgãos** estaduais, com melhores entregas à sociedade, além de implementar uma cultura de gerenciamento de riscos. Instituída em todos os **órgãos** estaduais, a iniciativa tornou o governo goiano referência nacional no tema, além de melhorar a gestão estadual e promover a **economia** de mais de R\$ 1,5 bilhão em dois anos.

A evolução da implementação do PCP no Estado de **Goiás** é garantida por meio do ranking anual realizado pela **CGE**, que avalia o desempenho de todos os **órgãos** na implantação e desenvolvimento do programa. Controlador-geral do Estado, Henrique Ziller fez um balanço dos resultados do Programa de Compliance Público, implantado pelo governador **Ronaldo Caiado** em 2019, logo no início de sua administração.

"Temos resultados impressionantes, o programa está implementado em todos os **órgãos** do Estado. Esse resultado é único e exclusivo do Estado de **Goiás**", disse Ziller. Ele conta que muitos perguntam se o governador apoia o programa de compliance, e explicou: "não só apoia, mas, sim, dirige. Ele está a frente e implementou esse programa. O sucesso do compliance está diretamente relacionado a ele ser o

grande mentor".

O vice-governador Lincoln Tejota destacou o esforço dos servidores na execução do programa que está deixando marcas profundas e vai se transformar em **política** de Estado. "Parabenizo cada um dos servidores, cada um daqueles que estão se doando, se entregando, na certeza de que estamos combatendo um bom combate", disse Tejota.

O evento contou ainda com a participação do corregedor-geral do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**, **Sebastião Tejota** e dos secretários de Segurança Pública, Rodney Miranda e de Administração, Bruno D'Abadia.

"Conseguimos mais de R\$ 700 milhões em processo de recuperação e temos uma previsão de, até o final do governo, retornar aos cofres públicos mais de 2 bilhões de reais com as operações de combate à corrupção", disse Rodney Miranda. Para o secretário, "a corrupção é tão grave quanto os crimes violentos e nós temos que ter a mesma repugnância a esse tipo de crime, que temos em relação aos outros".

Em 2021, só a Delegacia Estadual de Combate à Corrupção (Deccor) deflagrou 10 operações com 62 mandados de busca e apreensão cumpridos, 365 pessoas indiciadas, aproximadamente R\$ 190 milhões apreendidos e 10 servidores públicos afastados. Estes resultados foram apresentados pelo delegado titular da unidade, Rodrigo Mendes. "Muito obrigado pela autonomia que tem dado para os organismos policiais e para a Superintendência de Segurança", agradeceu Mendes ao governador **Ronaldo Caiado**.

Reconhecimento a servidores

Além dos troféus aos órgãos da administração direta e indireta que se destacaram, foram entregues ainda, as premiações dos servidores que tiveram um desempenho acima da média na execução da gestão de riscos e distribuídas as certificações de capacitação em compliance público.

"Esse prêmio é o resultado do esforço, comprometimento e engajamento de todos da Secom. Eu estou apenas como representante, pois o prêmio é de todos que me ajudaram e é de toda a Secom", disse a servidora Leidina Rosa dos Santos, uma das coordenadoras do Escritório de Compliance da Secretaria de Comunicação (Secom).

Para o **conselheiro Sebastião Tejota**, que representou o **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, o compliance tem diminuído a corrupção no Estado de **Goiás** e facilitado o controle externo, auxiliando o trabalho do órgão. "Vamos seguir na busca pela

máxima transparência", disse Tejota. Vice-presidente do Tribunal de Justiça de **Goiás** (TJGO), Zacarias Neves apontou o avanço no combate à corrupção: "a gente sente no dia a dia que o nosso Estado está cada vez melhor na área do combate à corrupção, isso é visível".

A subprocuradora-geral de Justiça, Laura Ferreira Bueno falou das consequências das ações desonestas. "Sabemos que a corrupção tira o futuro de uma criança, impede que o idoso consiga uma vaga de UTI, cenário que o governador vem tentando reverter e conta com a parceria de todos os poderes. Estamos ombreados nessa luta"

Compliance nos municípios

Nesta semana, Caiado também anunciou o Programa de Compliance Público Municipal (PCM). Por meio da **CGE**, o **Governo de Goiás** selecionará 40 cidades goianas para auxiliar na implementação e execução do PCM.

O objetivo do programa é ajudar as prefeituras a estabelecerem um conjunto de procedimentos e estruturas que assegurem a conformidade dos atos de gestão com padrões morais e legais, bem como garantir o alcance dos resultados das políticas públicas, fomentando a ética, a transparência e a gestão de riscos nas administrações.

O PCM será realizado em parceria com o **Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM-GO)**, com a Agência Estadual de Fomento de **Goiás** (GoiásFomento) e a Federação Goiana de Municípios (FGM). A ideia é que as prefeituras goianas possam contar, em sua estrutura organizacional, com um programa de integridade nos mesmos moldes do Programa de Compliance Público de **Goiás**.

Participaram do evento os secretários Cristiane Schmidt (**Economia**); Adriano da Rocha Lima (Governadoria); Joel Sant'Anna Braga (Indústria, Comércio e Serviços); Andréa Vulcanis (Meio Ambiente); Tiago Mendonça (Agricultura, Pecuária e Abastecimento); Bruno D'Abadia (Administração); Tony Carlo (Comunicação); Ismael Alexandrino (Saúde); Henderson Rodrigues (Esporte e Lazer); Márcio César (Desenvolvimento e Inovação); Wellington Matos (Desenvolvimento Social) e o Coronel Luiz Carlos de Alencar (Casa Militar).

Ainda prestigiaram a premiação os presidentes Pedros Sales (Goinfra); Ricardo Soavinski (Saneago); Euclides Barbo (Juceg); Gilvan Cândido (**Goiás** Previdência); Leonardo Lobo (Ipasgo); Marcelo Nunes (AGR); José Essado (**Agrodefesa**); Marcos Roberto (Detran); Fabricio Amaral (**Goiás** Turismo); Marcelo

Alves de Sousa (GoiásGás); Rivaél Aguiar (**Goiás** Fomento); Hipólito Prado dos Santos (**Goiás** Telecom); Lineu Olímpio (**Ceasa**) e o comandante do Corpo de Bombeiros, Coronel Esmeraldino Lemos.

Fotos: Hego Guimarães e Lucas Diener

Secretaria de Comunicação - **Governo de Goiás**

Site: <https://caldasnet.com.br/ultimas-noticias/caiado-entrega-premiacao-a-orgaos-estaduais-e-servidores-mais-bem-colocados-nos-rankings-do-programa-de-compliance-publico-e-do-goias-mais-transparente/>

Seapa é primeiro lugar na Categoria II do prêmio Goiás Mais Transparente do Programa de Compliance Público do Governo de Goiás

A Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa) foi um dos destaques do evento que celebrou, na quinta-feira (9/12), os melhores desempenhos no Programa de Compliance Público (PCP) do Estado de **Goiás** em 2021. Com 100% de atendimento aos requisitos do PCP, a Seapa ficou em primeiro lugar na Categoria II - Órgãos da administração direta, autarquias e fundações públicas - do prêmio **Goiás** Mais Transparente, que avalia a adequação dos portais de Acesso à Informação às normas da Controladoria-Geral do Estado (**CGE**) e do **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**. A Secretaria ficou ainda em nono lugar no prêmio Inovação em Transparência Pública, pelo programa Seapa em Campo.

O evento foi realizado no auditório do Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás** (TJGO) e integrou a programação da Semana Internacional de Combate à Corrupção (SICC) - Edição 2021. Prestigiaram a cerimônia de entrega de prêmios o governador Ronaldo Caiado, o vice-presidente do TJGO, Zacarias Coelho, o **conselheiro** do **TCE-GO**, **Sebastião Tejota**, a subprocuradora-geral de Justiça para Assuntos Institucionais de **Goiás**, Laura Bueno, o controlador-geral do Estado, Henrique Ziller, o titular da Seapa, Tiago Mendonça, e outros secretários e presidentes de autarquias, fundações e empresas, além de gestores e assessores das pastas estaduais.

Em seu discurso, o governador Ronaldo Caiado falou da importância do Programa de Compliance Público e o comparou à "medicina preventiva". Ele citou levantamento da **CGE** indicando que, por causa do PCP, o Governo de **Goiás** já economizou mais de R\$ 1,5 bilhão em dois anos. "Graças ao Compliance, fizemos com que grande parte dos programas e dos contratos não caminhassem para um lado que desse prejuízo ao povo goiano. Trouxemos benefícios para a população goiana de mais de 1,5 bilhão que não foram desviados e, como tal, bem aplicados para a sociedade", disse Caiado. "A cada dia que passa, a cada ano, o Compliance Público está sendo consolidado, está mais eficiente, chegando nas

pessoas. Já temos mais de 5 mil pessoas que fizeram cursos orientados pela **CGE**", completou.

O secretário Tiago Mendonça recebeu os prêmios em nome da equipe da Seapa. Ele atribuiu a conquista ao esforço conjunto realizado pela equipe da secretaria. "É um trabalho que vem sendo desenvolvido desde 2019 e envolveu a alta administração e servidores de todas as áreas para atender requisitos e promover a transparência da melhor maneira possível", lembrou. Mendonça sublinhou ainda a abertura da **CGE** para dialogar e ajudar os órgãos na adequação aos quatro eixos do PCP: ética, transparência, responsabilização e gestão de riscos.

Riscos mapeados

Pela Seapa, também prestigiaram a cerimônia o superintendente de Gestão Integrada, Sérgio Borges, o superintendente de Produção Rural Sustentável, Donalvam Maia, e o analista de comunicação Renan Rigo, membro da Secretaria-Executiva do PCP/Seapa. "Ficamos felizes com o resultado porque ele mostra que, além de fazer as entregas, a Secretaria se preocupa em como fazer essas entregas", afirmou o superintendente Sérgio Borges. Para ele, o Programa de Compliance Público contribui muito com a gestão por prevenir problemas e estabelecer padrões. "Na Seapa, todas as superintendências estão com seus riscos mapeados, e as ações são avaliadas mensalmente pelo Comitê do PCP/Seapa, sob o comando do secretário e com a ajuda do nosso Controle Interno", explica.

O analista de comunicação Renan Rigo coordenou o trabalho de aprimoramento do portal de Acesso à Informação da Secretaria, reconhecido com o primeiro lugar na Categoria II do prêmio **Goiás** Mais Transparente. Segundo ele, este é um trabalho contínuo que não termina com a premiação. "A **CGE** e o **TCE** atualizam constantemente os requisitos de transparência e precisamos estar atentos às mudanças. É um trabalho a muitas mãos, e o foco é prestar um serviço cada vez melhor ao cidadão na

área de transparência", definiu.

Outro destaque da Secretaria, o programa Seapa em Campo foi reconhecido com o nono lugar no prêmio Inovação em Transparência Pública por levar informações sobre os programas governamentais aos goianos que vivem nos municípios do interior e nas propriedades da zona rural. Com a iniciativa, o órgão alcança uma parcela do seu público-alvo que tem acesso precário a internet, telefonia e veículos convencionais de comunicação.

Balanço

Durante o evento, o controlador-geral do Estado, Henrique Ziller, fez um balanço dos três primeiros anos de vigência do Programa de Compliance Público do Estado de **Goiás**. No primeiro ano (2019), 21 órgãos aderiram ao PCP e a nota média foi de 61.83. No segundo ano, 38 órgãos participaram do programa e a nota média aumentou para 71.91. No terceiro (2021), 45 órgãos integraram a iniciativa e nota média chegou a 76.94. "O PCP está implantado em todos os órgãos do Governo de **Goiás**, isso não se repete em nenhuma outra unidade da Federação", ressaltou ele. Ziller lembrou ainda que o PCP previne o mau uso do dinheiro público e melhora o desempenho estatal. "Não trabalhamos por grandes mudanças pontuais, mas por inúmeras pequenas mudanças incrementais que vão qualificando a gestão como um todo", completou.

A cerimônia de entrega de prêmios do Programa de Compliance Público do Governo de **Goiás** foi transmitida pelo canal da **CGE** no Youtube. O vídeo está disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=3HDv5H0vZpc>.

Comunicação Setorial da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa)

Site:

<http://www.agricultura.go.gov.br/comunicação/notícias/3882-seapa-é-primeiro-lugar-na-categoria-ii-do-prêmio-goiás-mais-transparente-do-programa-de-compliance-público-do-governo-de-goiás-2.html>

Governo de Goiás premia órgãos estaduais e servidores mais bem colocados nos rankings do Programa de Compliance Público e do Goiás Mais Transparente

Carlos José

O governador **Ronaldo Caiado** premiou, nesta última quinta-feira (09/12), órgãos estaduais que se destacaram nos rankings do Programa de Compliance Público (PCP) e do **Goiás Mais Transparente**. O evento, realizado no auditório do Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás** (TJGO) fez parte do encerramento da Semana Internacional de Combate à Corrupção 2021, coordenada pelo **Governo de Goiás**, por meio da Controladoria-Geral do Estado (**CGE**).

"Graças ao Compliance, fizemos com que grande parte dos programas e dos contratos não caminhassem para um lado que desse prejuízo ao povo goiano. Trouxemos benefícios para a população goiana de mais de 1,5 bilhão que não foram desviados e, como tal, bem aplicados para a sociedade", disse Caiado.

Os vencedores da premiação foram divididos por categoria. A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de **Goiás** (**Fapeg**), venceu no Grupo I, que reuniu órgãos de até 200 servidores. Na entrega do prêmio, o presidente Vanderlei Cassiano foi representado por Robson Domingos. A **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes** (Goinfra), sob a gestão de Pedro Sales, venceu na categoria Grupo II (órgãos de 201 até 1.000 servidores); a **Agência Goiana de Defesa Agropecuária** (**Agrodefesa**), comandada por José Essado, venceu no Grupo III (órgãos acima de 1.000 servidores). O órgão de destaque em gestão de riscos foi a Saneamento **Goiás** (Saneago), que tem Ricardo Soavinski como presidente.

No prêmio **Goiás Mais Transparente**, o Ministério Público do Estado venceu a Categoria I - Poderes Autônomos; a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa), sob a gestão de Tiago Mendonça, venceu a Categoria II - Órgãos da administração direta, autarquias e fundações públicas. A Agência Goiana de Gás Canalizado (Goiásgás), sob a presidência de Marcelo Alves de Sousa, venceu a

Categoria III - Empresas públicas e sociedades de **economia** mista.

O Prêmio Inovação em Transparência Pública foi para a Secretaria de Indústria e Comércio (SIC), sob a gestão de Joel de Sant'anna. Na categoria Servidores Destaque em Gestão de Riscos, o prêmio foi para Leidina Rosa dos Santos, da Secretaria de Comunicação (Secom).

O PCP desenvolve ações com base em quatro eixos: ética, transparência, responsabilização e gestão de riscos. O intuito é melhorar a governança e prestação dos serviços públicos nos órgãos estaduais, com melhores entregas à sociedade, além de implementar uma cultura de gerenciamento de riscos. Instituída em todos os órgãos estaduais, a iniciativa tornou o governo goiano referência nacional no tema, além de melhorar a gestão estadual e promover a **economia** de mais de R\$ 1,5 bilhão em dois anos.

A evolução da implementação do PCP no Estado de **Goiás** é garantida por meio do ranking anual realizado pela **CGE**, que avalia o desempenho de todos os órgãos na implantação e desenvolvimento do programa. Controlador-geral do Estado, Henrique Ziller fez um balanço dos resultados do Programa de Compliance Público, implantado pelo governador **Ronaldo Caiado** em 2019, logo no início de sua administração.

"Temos resultados impressionantes, o programa está implementado em todos os órgãos do Estado. Esse resultado é único e exclusivo do Estado de **Goiás**", disse Ziller. Ele conta que muitos perguntam se o governador apoia o programa de compliance, e explicou: "não só apoia, mas, sim, dirige. Ele está a frente e implementou esse programa. O sucesso do compliance está diretamente relacionado a ele ser o grande mentor".

O vice-governador Lincoln Tejota destacou o esforço dos servidores na execução do programa que está deixando marcas profundas e vai se transformar em

política de Estado. "Parabenizo cada um dos servidores, cada um daqueles que estão se doando, se entregando, na certeza de que estamos combatendo um bom combate", disse Tejota.

O evento contou ainda com a participação do corregedor-geral do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**, **Sebastião Tejota** e dos secretários de Segurança Pública, Rodney Miranda e de Administração, Bruno D'Abadia.

"Conseguimos mais de R\$ 700 milhões em processo de recuperação e temos uma previsão de, até o final do governo, retornar aos cofres públicos mais de 2 bilhões de reais com as operações de combate à corrupção", disse Rodney Miranda. Para o secretário, "a corrupção é tão grave quanto os crimes violentos e nós temos que ter a mesma repugnância a esse tipo de crime, que temos em relação aos outros".

Em 2021, só a Delegacia Estadual de Combate à Corrupção (Deccor) deflagrou 10 operações com 62 mandados de busca e apreensão cumpridos, 365 pessoas indiciadas, aproximadamente R\$ 190 milhões apreendidos e 10 servidores públicos afastados. Estes resultados foram apresentados pelo delegado titular da unidade, Rodrigo Mendes. "Muito obrigado pela autonomia que tem dado para os organismos policiais e para a Superintendência de Segurança", agradeceu Mendes ao governador **Ronaldo Caiado**.

Reconhecimento a servidores

Além dos troféus aos órgãos da administração direta e indireta que se destacaram, foram entregues ainda, as premiações dos servidores que tiveram um desempenho acima da média na execução da gestão de riscos e distribuídas as certificações de capacitação em compliance público.

"Esse prêmio é o resultado do esforço, comprometimento e engajamento de todos da Secom. Eu estou apenas como representante, pois o prêmio é de todos que me ajudaram e é de toda a Secom", disse a servidora Leidina Rosa dos Santos, uma das coordenadoras do Escritório de Compliance da Secretaria de Comunicação (Secom).

Para o **conselheiro Sebastião Tejota**, que representou o **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, o compliance tem diminuído a corrupção no Estado de **Goiás** e facilitado o controle externo, auxiliando o trabalho do órgão. "Vamos seguir na busca pela máxima transparência", disse Tejota. Vice-presidente do Tribunal de Justiça de **Goiás** (TJGO), Zacarias Neves apontou o avanço no combate à corrupção: "a gente sente no dia a dia que o nosso Estado está cada vez melhor na área do combate à corrupção, isso é

visível".

A subprocuradora-geral de Justiça, Laura Ferreira Bueno falou das consequências das ações desonestas. "Sabemos que a corrupção tira o futuro de uma criança, impede que o idoso consiga uma vaga de UTI, cenário que o governador vem tentando reverter e conta com a parceria de todos os poderes. Estamos ombreados nessa luta"

Compliance nos municípios

Nesta semana, Caiado também anunciou o Programa de Compliance Público Municipal (PCM). Por meio da **CGE**, o **Governo de Goiás** selecionará 40 cidades goianas para auxiliar na implementação e execução do PCM.

O objetivo do programa é ajudar as prefeituras a estabelecerem um conjunto de procedimentos e estruturas que assegurem a conformidade dos atos de gestão com padrões morais e legais, bem como garantir o alcance dos resultados das políticas públicas, fomentando a ética, a transparência e a gestão de riscos nas administrações.

O PCM será realizado em parceria com o **Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM-GO)**, com a Agência Estadual de Fomento de **Goiás** (GoiásFomento) e a Federação Goiana de Municípios (FGM). A ideia é que as prefeituras goianas possam contar, em sua estrutura organizacional, com um programa de integridade nos mesmos moldes do Programa de Compliance Público de **Goiás**.

Participaram do evento os secretários Cristiane Schmidt (**Economia**); Adriano da Rocha Lima (Governadoria); Joel Sant'Anna Braga (Indústria, Comércio e Serviços); Andréa Vulcanis (Meio Ambiente); Tiago Mendonça (Agricultura, Pecuária e Abastecimento); Bruno D'Abadia (Administração); Tony Carlo (Comunicação); Ismael Alexandrino (Saúde); Henderson Rodrigues (Esporte e Lazer); Márcio César (Desenvolvimento e Inovação); Wellington Matos (Desenvolvimento Social) e o Coronel Luiz Carlos de Alencar (Casa Militar).

Ainda prestigiaram a premiação os presidentes Pedros Sales (Goinfra); Ricardo Soavinski (Saneago); Euclides Barbo (Juceg); Gilvan Cândido (**Goiás** Previdência); Leonardo Lobo (Ipasgo); Marcelo Nunes (AGR); José Essado (**Agrodefesa**); Marcos Roberto (Detran); Fabricio Amaral (**Goiás** Turismo); Marcelo Alves de Sousa (GoiásGás); Rivaél Aguiar (**Goiás** Fomento); Hipólito Prado dos Santos (**Goiás** Telecom); Lineu Olímpio (**Ceasa**) e o comandante do Corpo de Bombeiros, Coronel Esmeraldino Lemos.

Foto: Hegen Guimarães e Lucas Diener

Fonte: Secretaria de Comunicação - **Governo de Goiás**

Site: <http://www.ugopoci.com.br/governo-de-goias-premia-orgaos-estaduais-e-servidores-mais-bem-colocados-nos-rankings-do-programa-de-compliance-publico-e-do-goias-mais-transparente/>